



TERRA DE GENTE DE BOM CORAÇÃO
PIACATUBA, LEOPOLDINA, MG

NILZA CANTONI
CANTONI.PRO.BR

TERRA DE GENTE DE BOM CORAÇÃO

PIACATUBA, LEOPOLDINA, MG

SELEÇÃO DE TEXTOS PUBLICADOS ENTRE 1997 E 2024

REVISÃO: ANA CRISTINA MIRANDA FAJARDO

FOTOGRAFIA DA CAPA: RUA DAS PEDRAS COM CASARÕES, AO LADO DO MONUMENTO DA CRUZ QUEIMADA,
POR HAMILTON VASCONCELOS (*1902 +1964)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cantoni, Nilza

Terra de gente de bom coração [livro eletrônico]:
Piacatuba, Leopoldina, MG / Nilza Cantoni. --

Leopoldina, MG: Academia Leopoldinense de Letras
e Artes, 2024.

PDF

ISBN 978-65-981503-2-7

24-225323

CDD-981.51

Índices para catálogo sistemático:

1. Piacatuba : Leopoldina : Minas Gerais : História 981.51

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Muitas foram as contribuições recebidas para a composição deste resumo histórico. Com a inestimável colaboração do Padre Chamel, de Dona Ana Bárbara Fajardo Barbosa e de sua sobrinha Maria Leocádia Barbosa de Oliveira, além da amiga de origem piacatubense Lucimary Sangalli, na década de 1990 tive acesso a fontes que confrontei com a documentação existente nos arquivos da Câmara Municipal de Leopoldina.

Além destes colaboradores, meus agradecimentos se dirigem também ao casal Carmen e João Batista Tassari, que me hospedaram nas diversas visitas que fiz a Piacatuba, e ao parceiro José Luiz Machado Rodrigues que sempre apoiou e opinou sobre os meus escritos. E à amiga Ana Cristina pela revisão e apresentação.

O que se verá a seguir é uma seleção dos mais significativos entre os 125 textos sobre Piacatuba publicados entre 1997 e 2024.

SUMÁRIO

Aquele que não conhece sua história não constrói memória	2
História da Cruz Queimada.....	3
Treichos da Lenda da Cruz Queimada, segundo Waldemar Fajardo.	3
Famílias envolvidas na Lenda da Cruz Queimada.....	9
Família Oliveira Alves	9
Família Pereira	11
Piacatuba: evolução administrativa e origem do nome	15
Ainda o nome do distrito de Piacatuba	18
As divisas do distrito da Piedade	20
Notícia sobre os primórdios de Piacatuba	24
Primeiro Batismo em Piacatuba	26
Primeiros casais formados em Piacatuba	27
Primeiros óbitos em Piacatuba	30
Sesquicentenário de Piacatuba 1851 – 2001	32
Autoridades do distrito da Piedade	35
Resultado de uma Eleição em 1852	37
Escolas em Piacatuba	40
Gente de Bom Coração	42
A morte do Padre Muniz.....	43
Hamilton Vasconcelos, o fotógrafo.....	45
A família de Hamilton Vasconcelos	46
Arte de Curar em Leopoldina	49

AQUELE QUE NÃO CONHECE SUA HISTÓRIA NÃO CONSTRÓI MEMÓRIA

Piacatuba, terra de gente de bom coração. Piacatuba, local onde nasci, cresci, estudei e construí meus primeiros laços, que se mantêm firmes até hoje. E agora, a partir de séria pesquisa documental, admiradores de Piacatuba terão acesso a sua verdadeira origem e poderão construir memórias verídicas.

Nesta obra, Nilza, partindo de trechos do folheto que relata a lenda da Cruz Queimada, apresenta os documentos históricos de doações das terras que deram origem ao atual distrito de Piacatuba, outrora denominado Nossa Senhora da Piedade e Piedade da Leopoldina.

Mas não só as escrituras das terras que originaram o distrito aparecem neste rico material. Nele, podemos encontrar suas divisas territoriais, quem foram seus primeiros habitantes, bem como com quem se casaram, os filhos que tiveram e quando os batizaram. Inclusive, temos o registro dos primeiros óbitos ocorridos no distrito de Piacatuba.

Destaque especial para o fotógrafo Hamilton Vasconcelos, que fez da fotografia arte. Ele, que nasceu em Piacatuba, no dia 26 de janeiro de 1902, fez significativos registros do distrito. Para finalizar, uma curiosa viagem pela história de Antônio Pereira Valverde, que, em seu inventário, colocou livros ao lado de outros bens materiais de alto valor.

Vale a pena a leitura! Uma leitura pausada, repetida e refletida.

Ana Cristina Miranda Fajardo

Membro da ALLA (2016)

Mestra em Língua Portuguesa (UFJF - 2021)

HISTÓRIA DA CRUZ QUEIMADA

Publicação de 18 abril 1999

Este texto recebeu diversas atualizações ao longo dos anos e deu origem ao roteiro utilizado numa conversa com alunos da Escola Estadual Dr. Pompílio Guimarães, em 24 de abril de 2024.

A primeira versão da lenda¹ que eu conheci citava 1823 como início da história e dizia que o território onde viria a surgir Piacatuba pertencia à “Comarca de Mar de Espanha”. A informação chamou minha atenção porque, além de Mar de Espanha só ter se tornado Comarca em 1876, o Curato é posterior ao ano mencionado na lenda.

O distrito de Nossa Senhora das Mercês do Cágado foi criado em 1831 e fazia parte de São João Nepomuceno. Somente em 1851, logo depois da emancipação com o nome de Mar de Espanha, é que o Curato de Nossa Senhora da Piedade foi elevado a distrito e passou para a jurisdição da nova Vila.

A questão foi definitivamente resolvida quando a Maria Aparecida Rocha Pereira, então oficial do Cartório de Piacatuba, mostrou-me a escritura de doação² do terreno para constituição do Patrimônio de Nossa Senhora da Piedade. Foi a 23 de agosto de 1844 e não em 1824, como se acreditava. O território pertencia à Vila de São João Nepomuceno, Comarca de Paraibuna. Houve, portanto, engano na lenda publicada em livreto na década de 1980 e republicada outras vezes.

Trechos da Lenda da Cruz Queimada, segundo Waldemar Fajardo.



Foto da Cruz Queimada, Piacatuba, MG, em 2000.

¹ FAJARDO, Waldemar Barbosa. **História da Cruz Queimada**. Piacatuba-Leopoldina-MG: do autor, 1981.

² **Certidão de Doação de terras para o Patrimônio de Nossa Senhora da Piedade**. Original arquivada no 2º Ofício de Notas, Registro de Títulos e Documentos e Outros Papeis, da Comarca de Leopoldina, Minas Gerais.

“...os desbravadores, enfrentando animais ferozes e todas as dificuldades, rasgando florestas virgens, chegaram a este recanto de Minas. E com estes primeiros homens mais ou menos civilizados, também chegaram as primeiras lutas e guerrilhas pelas posses de terrenos ainda um tanto virgens. Entre duas famílias tiveram início as dúvidas que foram causadoras do terrível e horrendo sacrilégio que adiante iremos tentar descrever. A luta desenvolveu-se em torno da posse dos terrenos situados nas vertentes da bacia do Rio Pardo, calculada em 33 alqueires, e na qual se acha situada a localidade hoje denominada Piacatuba, antigamente Piedade de Leopoldina.”

As divergências não teriam ficado restritas aos que pretendiam a posse das terras, tendo se espalhado entre escravos e feitores dos confrontantes.

“Mas as lutas continuaram. Certa ocasião travou-se terrível batalha nas trevas e nas matas e não sabemos, e ninguém poderá calcular, se nessas lutas fôra sacrificada até quem sabe? alguma vida humana.

*Resolvida que foi a doação, como demarcação foi feita uma tosca cruz ali colocada como marco. O nome *Cruz Queimada* é um símbolo do poder divino, e raro é o habitante da Zona da Mata, em Minas, que não ouviu falar, com muito respeito, da *Santa Cruz Queimada* de Piacatuba de Leopoldina. De longe vêm pessoas aqui trazer as suas dádivas, em cumprimento de promessas atendidas. Mas, passemos a falar sobre a Cruz Queimada e seus milagres. Era uma manhã de sol brilhante, o feitor e outras pessoas levantaram de seus leitos improvisados em cabanas cobertas de folhas de sapé, e foram iniciar a sua tarefa, que era fincar o marco dos terrenos de Nossa Senhora da Piedade. Um velho escravo escolheu uma madeira de lei que se chamava “tapinoã” e em pouco tempo se ouvia o eco do machado que lavrava o pau para fazer um cruzeiro. O sol já descambava para o horizonte, quando o velho escravo, auxiliado por outros, juntou os dois pedaços de madeira mal lavrada e formou uma cruz. Outros escravos cavaram a terra e furaram dois metros mais ou menos em um alto arenoso, que fica nas proximidades do açude, para o lado da povoação atual. Todos se juntaram e levantaram o madeiro em cruz, regulando 5 a 6 metros de altura.*

Era tarde e o trabalho estava terminado, e lá no altinho ficava a cruz de braços abertos, lembrando-nos a cruz em que morreu o Salvador da Humanidade, há quase 2.000 anos...

A noite cobriu com seu manto negro a solidão das matas, mas o homem construía em seu cérebro uma desforra e esta não tardou. Os homens não se conformavam de forma alguma em ficar sem aquelas terras que tanto ambicionavam, e que no seu modo de entender lhes pertenciam. Acompanhados de seus escravos e servidores, rumaram para o local em que foram informados se erguia uma cruz, marco da sesmaria dada a Nossa Senhora da Piedade.

O fazendeiro cheio de ódio e irritado, mandou que os seus escravos escavassem ao pé da cruz. Mas embora em terreno arenoso, depois de longo trabalho não conseguiram. Fizeram força e a cruz não se desprendia da terra, e mal conseguiram tombá-la. O homem encolerizou-se e mandou que a cortassem e fizessem em pedaços. Mas os machados, embora manejados pelas mãos fortes dos escravos, nada conseguiram. Ao tocar a madeira, não cortavam,

simplesmente amassavam a madeira onde a lâmina afiada do machado tocava. O homem começou a desconfiar de que qualquer coisa de anormal estava acontecendo.

Mas não desanimou... e ... espumando de raiva, mandou os escravos juntarem grande quantidade de lenha em uma pequena derrubada que fizeram para uma plantação de milho, e colocassem em redor da cruz até que ela desaparecesse. No meio da lenharia seca, colocou então algumas taquaras secas e lançou fogo àquela montanha de madeira. Satisfeito, regressou à sua fazenda. Durante toda a noite o fogo crepitou terrível e altas labaredas iluminavam sinistramente a floresta.

Até que a madrugada aparecesse novamente e um novo dia raiou. Com ele a faina diária na fazenda. Um dos escravos que tinha ajudado nos trabalhos da véspera para tentarem arrancar a cruz, deu por falta de sua foice e lembrou-se que a havia esquecido junto ao lugar em que fizeram a fogueira na véspera. Logo veio procurá-la e, ao se aproximar do local que fizeram a fogueira, lá estava um braseiro ardente, e a cruz imponente e majestosa continuava de pé sem que o fogo conseguisse destrui-la. Simplesmente chamuscada, tomou uma cor escura como se se vestisse de luto pela impiedade dos homens. E o símbolo da redenção triunfando das chamas ardentes, proporcionou aos nossos antepassados um grandioso milagre... E todos que fizeram parte deste sacrilégio foram castigados.

Esta versão parece ter sido uma adaptação dos primeiros escritos a respeito do assunto. No decorrer das buscas, foram localizadas referências na imprensa periódica, sendo uma delas de 1967, extraída por Paulo de Souza Moreira, da publicação Ecos Marianos da Basílica Nacional de Nossa Senhora Aparecida e republicada por Mário de Moraes, no Jornal dos Sports, de 22 de maio de 1979, edição 15172, página 13.

Entre as versões, encontram-se divergências não só em relação à época dos acontecimentos, mas também a alguns dos personagens envolvidos.

Na versão de 1981 a que tive acesso, constava que Domingos de Oliveira Alves deu procuração a Domingos Henriques de Gusmão para doar os seus direitos para N. S. da Piedade. Informava que foram doados 33 alqueires de terras para formação do Patrimônio da Padroeira e que houve uma disputa entre as famílias Oliveira Alves e Pereiras pela demarcação das divisas.

Em visita ao Arquivo do Judiciário de Mar de Espanha, localizei dois processos abertos por Domingos de Oliveira Alves, sendo que o primeiro³, protocolado no dia 13 de outubro de 1843, era um libelo cível contra Antônio Rodrigues de Oliveira. Este tipo de documento é o início de uma demanda em que uma pessoa expõe um problema e pede que a justiça reconheça o seu direito.

³ Processo 39805850 **Libelo Cível de Domingos de Oliveira Alves contra Antônio Rodrigues de Oliveira.** Atualmente arquivado na Coordenação de Arquivos Permanentes-COARPE do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, caixa 2619, localização 4.3.13.7.2.9

O outro processo⁴, com data de 13 de dezembro de 1843, era também um libelo cível do mesmo Domingos de Oliveira Alves contra Hipólito Pereira da Silva e Tereza Umbelina de Jesus. A leitura dos dois processos me fez concluir que Domingos de Oliveira Alves requeria seu direito sobre terras que julgava lhe pertencer.

Importante lembrar que, antes da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850⁵, não havia propriedade particular de terras. Todas pertenciam a Deus e eram administradas por seu representante na terra - o Rei, que, através de seus prepostos, distribuía-as entre seus súditos, os quais passavam a deter apenas o direito de uso, mas não se tornavam proprietários. Sendo assim, eventualmente os beneficiários de sesmarias negociavam com o poder eclesiástico uma autorização para vender a terra. A autorização costumava ser atrelada a uma condição: que o sesmeiro doasse uma parte das terras para a Igreja, seja na forma de constituição do patrimônio de padroeiro para o lugar, seja para ampliar um patrimônio já existente e gerar renda. É por isso que muitos imóveis da área urbana de Piacatuba não tinham escritura definitiva, já que o solo pertencia a Nossa Senhora da Piedade e não poderia ser vendido, conforme expresso na escritura de doação:

as quais terras doa para o Patrimônio de Nossa Senhora da Piedade a fim de que os povos daqueles arredores edifiquem, nas ditas terras uma capela, sendo a padroeira mesma Senhora da Piedade, com declaração que daquelas terras doadas, reserva para o dito seu constituinte ou seus herdeiros cento e vinte palmos para neles edificar uma casa cujo lugar será escolhido depois que se levantar o plano do futuro arraial; e desde já cede todo o direito, domínio, posse, jus e ação; que nas ditas terras tinha que desde já ficam sendo Patrimônio ou para as obras da futura Capela de Nossa Senhora da Piedade; com a condição porém que jamais não poderão aquelas terras serem chamadas, ou havidas como bens da Nação porque os rendimentos que elas produzirem hão de ser aplicados em benefício da mesma capela.

Não foi possível identificar uma das partes do primeiro processo localizado no Arquivo do Judiciário de Mar de Espanha, porque havia alguns homônimos de Antônio Rodrigues de Oliveira. Já o casal do segundo processo chegou na década de 1830 ao território que mais tarde viria a ser o Curato de N. S. da Piedade. Ali formou fazenda conforme se comprova também na escritura de doação, no trecho em que o doador Domingos de Oliveira Alves informa ser

senhor e possuidor de uma porção de terras sita no Rio Pardo, nas cabeceiras de um córrego que no rumo da Sesmaria de D. Angélica atravessa a estrada que segue do Rio Novo para o Rio Pardo, fazendo divisa com terras de José Ignácio pelo espigão e tudo quanto verter para o dito córrego; e com terras de Hipólito Pereira da Silva pelo alto do morro chamado Grande, e dividindo com terras de Tristão Policarpo de Oliveira, cujas terras houve por compra feita, a [...], Antônio Joaquim da Costa Callado.

⁴ Processo 39806571 **Libelo Cível de Domingos de Oliveira Alves contra Hipólito Pereira da Silva e Thereza Umbelina de Jesus.** Atualmente na COARPE/TJMG, caixa 2619, localização 4.3.13.7.2.9

⁵ SILVA, Ligia Osorio. **Terras Devolutas e Latifúndio: Eleitos da Lei de 1850.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

Talvez a citada D. Angélica fosse Angélica Maria de Oliveira, filha do doador e casada com João Fernandes Lamas, que foi uma das testemunhas do processo. O confrontante José Ignacio pode ser o filho de Ignacio Nunes de Moraes, formador da fazenda São Francisco e doador do patrimônio para o Senhor Bom Jesus do Rio Pardo, atual Argirita. Tristão Policarpo de Oliveira era confrontante da fazenda Rio Pardo, que fora formada em terras de Vital Antônio de Oliveira. E Hipólito Pereira da Silva foi proprietário das fazendas Boa Esperança e Fortaleza, vendidas na década de 1860, quando ele migrou para o Espírito Santo, tendo falecido em Muniz Freire, em 1882. Detalhe importante: Hipólito vendeu as terras para Domingos Henriques de Gusmão que, na lenda, é informado como procurador do doador, o que não corresponde à realidade, pois ele foi apenas testemunha no processo, provavelmente indicado por Hipólito, já que a outra testemunha teria sido indicada pelo doador.

Embora algumas versões da lenda indiquem que o doador residia na Piedade, na escritura de doação consta que ele era morador no Calambau, atual Presidente Bernardes. A propósito, Domingos de Oliveira Alves recebeu sesmaria na Paragem do Mato Dentro, depois Calambau, atual Presidente Bernardes, em 1797. Lá se casou, em 1799, com Ana Maria da Silva Barroso, com quem teve seis filhos. Em 1818, foi a vez de Ana Maria receber sesmaria no Sertão do Bom Sucesso, confrontando com Aleixo da Cruz Ferreira, Joaquim Ferreira Marques, Manoel de Oliveira Barroso e os ribeirões do Pires e do Indaiá.

Os ribeirões mencionados na Carta de Sesmaria da mulher de Domingos de Oliveira Alves fazem parte hoje do município de Itamarati de Minas. O confrontante Aleixo da Cruz Ferreira foi recenseado no Porto de Santo Antônio (Astolfo Dutra), em 1814. E, segundo pesquisadores do Calambau, Domingos e Ana Maria viveram e faleceram na fazenda do Mato Dentro, no Calambau. Só o inventário de Ana Maria foi encontrado até agora e confirma o local do óbito.

Adicionalmente, é bom destacar que a procuração para a doação era mais ampla, pois nela consta que, ao procurador de Domingos de Oliveira Alves, foram concedidos

poderes expressos para poder vender as terras que ele outorgante possuи nos distritos de Feijão Cru, Rio Pardo, Porto de Santo Antônio e Meia Pataca.

Este trecho parece sustentar a hipótese de que Domingos tenha doado terras compradas de terceiros na margem direita do rio Novo e que pretendia vender as terras da margem esquerda que atualmente fazem parte de Itamarati de Minas.

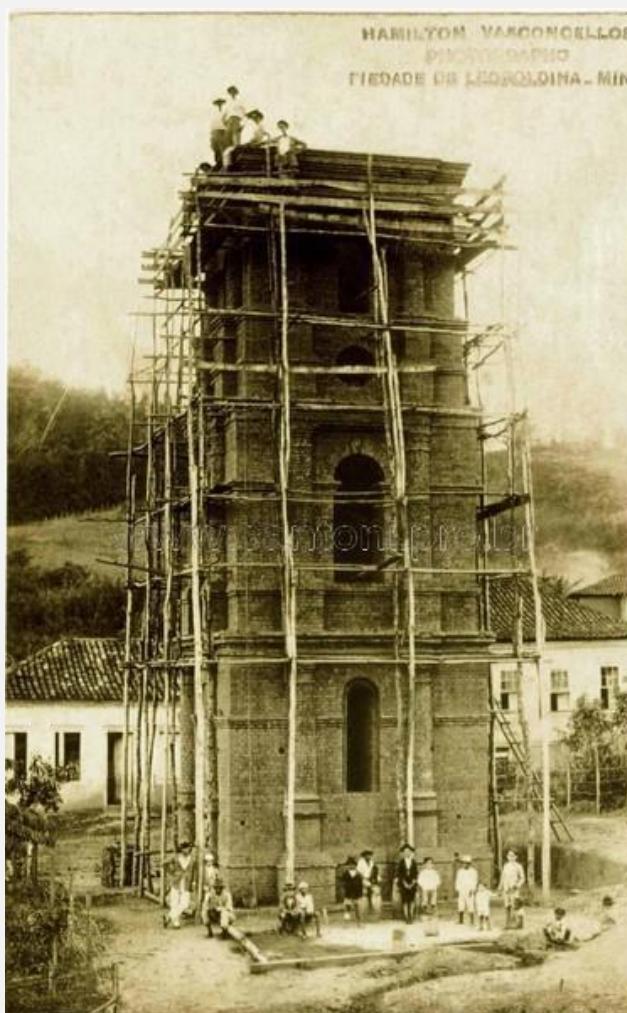
Em 1821, outra filha de Domingos de Oliveira Alves, Maria de Oliveira Barroso, era confrontante⁶ da fazenda Bom Sucesso. Alguns acreditam tratar-se de fazenda formada por João Pedro de Souza, na área que foi transferida de Piacatuba para Cataguases, em 1881, entre a atual BR-120 e a margem direita do rio Pomba. No entanto, a análise do processo de divisão indica que seria a original fazenda Bom Sucesso, formada em terras da sesmaria recebida pela mãe de Maria de Oliveira Barroso, hoje território de Itamarati de Minas.

⁶ Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – COARPE – TJMG. Processo 38405867 **Divisão da fazenda Bom Sucesso**. Itamarati de Minas, img 31.

Maria de Oliveira Barroso era então casada com Francisco Antônio Lopes de Oliveira. Viúva, casou-se pela segunda vez com Francisco Jacinto Tavares, com quem foi recenseada, em 1839, no terceiro quarteirão do Porto de Santo Antônio. Este quarteirão englobava terras dos atuais municípios de Itamarati de Minas e Dona Euzébia.

Qual a conclusão possível diante das fontes até aqui encontradas?

Domingos de Oliveira Alves, Antônio Rodrigues de Oliveira e Hipólito Pereira da Silva disputaram terras no início da década de 1840. A questão foi解决ada com a constituição do patrimônio de Nossa Senhora da Piedade, em 1844. Oitenta anos depois, a fé popular fez construir o monumento que guarda uma relíquia dos primeiros tempos. Uma Torre, com a grandiosidade da Torre da Cruz Queimada, não se constrói apenas com tijolos ou trabalho voluntário; uma Torre como essa se constrói a partir da fé popular.



Data provável: 1926. Acervo Humberto Luiz Martins Ferreira



Data: 1928. Acervo Geraldo Calais Salgado

Fotos de Hamilton Vasconcelos.

O Padre Raymundo Nonato F. de Araújo foi o arquiteto do monumento da Torre da Cruz Queimada, cuja construção iniciou-se aos 18 de julho de 1924, concluindo-se os trabalhos aos 20 de abril de 1928. Guilhermina Balbina Amelia Henriques Soares teria sido uma das benfeitoras da construção.

FAMÍLIAS ENVOLVIDAS NA LENDA DA CRUZ QUEIMADA

As informações deste subtítulo fazem parte do estudo sobre as famílias pioneiras do município de Leopoldina, com extratos incluídos em diversas publicações.

Eis o que conhecemos, até o momento, sobre as famílias citadas, como Oliveira Alves e Pereira.

Família Oliveira Alves

1-Domingos de Oliveira Alves era filho de **Antônio de Oliveira e Ana Alves**.

Em 24 de novembro de 1797, recebeu Carta de Sesmaria⁷:

Domingos de Oliveira Alves morador no Arraial do Calambau, freguesia da Guarapiranga, Termo da Cidade de Mariana, que na fazenda chamada Mato Dentro do dito termo se acham terras devolutas as quais confrontam pela parte do Nascente com as sesmarias de José Antônio Lopes e de Manoel Mendes Peixoto [...] parte com o sítio de José L... e com terras de Dona Ana Florencia [...] pela parte do norte com dois sítios de João da Silva M... e de Luiz Leite Ribeiro, pelo sul com Luiz Homem S...

As terras ficavam na região do atual município de Presidente Bernardes, que já se chamou Calambau. O confrontante Manoel Mendes Peixoto era português e foi casado com Luiza Pires Farinho, filha de Braz Pires Farinho, que deu nome ao atual município de Braz Pires. Luiza e Manoel Mendes Peixoto foram pais de Prudenciana Clara Mendes e avós de Ana Clara Mendes, esposa do já citado Domingos Henriques de Gusmão. Talvez esta proximidade no Calambau tenha levado o autor da lenda a colocar este último personagem em destaque. No entanto, até 1851, ele ainda não⁸ vivia no território que naquele ano se tornou o Distrito da Piedade.

Na Divisão Judicial das Fazendas Cachoeira e Bomsucesso⁹, o nome Domingos de Oliveira Alves é citado como divisa de terras vendidas por Francisco Luiz Pereira para João Pedro de Souza, em 1829. Pelo estudo deste processo, parece tratar-se de outra fazenda com o mesmo nome da original, que ficava na margem esquerda do Rio Novo. A informação da venda esclarece um trecho do documento de nomeação do procurador que assinou a doação de terras para Nossa Senhora da Piedade:

[nomeia] Antônio Pereira da Silveira a quem concede poderes expressos para poder vender as terras que ele outorgante possui nos distritos de Feijão Cru, Rio Pardo, Porto de Santo Antônio e Meia Pataca [...]

Domingos se casou com **Ana Maria da Silva Barroso**, filha de **José Gomes Barroso**, a 31 Jan 1799, em Calambau, Presidente Bernardes, MG. Há divergência no nome da mãe de Ana

⁷ Arquivo Público Mineiro. **Cartas de Sesmarias**. SC 275 p. 49

⁸ Arquivo Público Mineiro. **Qualificação de eletores de São João Nepomuceno**. 1850 PP 11 cx 36 pacote 29 nr 124.

⁹ Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – COARPE – TJMG. Processo 38405867 **Divisão da fazenda Bom Sucesso**. Itamarati de Minas, img. 239

Maria entre as fontes consultadas, razão pela qual não vai aqui informado. Segundo Boscaro¹⁰, o pai de Ana Maria atuava no comércio negreiro entre os anos de 1826 e 1830:

[...] como "cabeça de uma grande empresa traficante" estava João Gomes Barroso [...]. Filho de Manoel Gomes Barroso e Domingas da Fonseca, João Gomes era natural da Freguesia de Santa Maria de Paradela, Arcebispado de Braga. Nascido a 27 de abril de 1749, veio para o Brasil ainda muito jovem [...].

Conforme foi dito, Ana Maria da Silva Barroso recebeu¹¹ Carta de Sesmaria no Sertão do Bom Sucesso, a 18 Mai 1818. No entanto, ela permaneceu no Calambau, onde faleceu e foi inventariada.

Domingos de Oliveira Alves e Ana Maria da Silva Barroso foram pais de:

1.1-Maria de Oliveira Barroso, casada com **Francisco Antônio Lopes de Oliveira**, filho de Manoel Caetano Lopes de Oliveira e Ana Jacinta, era irmão de Francisca Caetana de Oliveira Duarte, citada em estudo¹² de Mateus Andrade. Foram pais de:

1.1.1- **Ana**, batizada¹³ a 16 Jan 1822, no Calambau, Presidente Bernardes, MG.

112- **Francisca**, batizada¹⁴ a 29 Jul 1830, também no Calambau, Presidente Bernardes, MG.

Pelo inventário de Ana Maria da Silva Barroso, Francisco já havia falecido em 1835. Maria se casou pela segunda vez com **Francisco Jacinto Tavares**.

1.2-Antônio de Oliveira Barroso foi batizado¹⁵, em 1807, no Calambau, Presidente Bernardes. Segundo um pesquisador da família, Antônio teria se casado com Eleutéria do Espírito Santo e tido os filhos José e Francisco de Oliveira Barroso. Pela segunda vez, teria se casado com Candida Rocha. Teria vivido na região de São João Nepomuceno. Não foram localizados os casamentos nem o batismo dos filhos citados.

1.3-Francisca de Oliveira Barroso casou-se com **João Luiz Pinto**, com quem teve o filho **Domingos de Oliveira Pinto**, que se casou com **Maria do Carmo Fernandes Guimarães**. Também citados como residentes na região de São João Nepomuceno, até o momento não foram encontradas referências nas fontes conhecidas.

1.4-Angelica Maria de Oliveira casou-se com **João Fernando Lamas** e teve os filhos **Francisco e João Fernandes de Oliveira**.

¹⁰ BOSCARO, Ana Paula. **Sociedade Traficante: o comércio interno de escravos no centro-sul brasileiro e suas conexões na primeira metade do século XIX**. Juiz de Fora, MG: UFJF, Tese de Doutorado, 2021. p.97 Disponível em <https://www2.ufjf.br/ppghistoria/wp-content/uploads/sites/157/2022/03/Tese-Vers%C3%A3o-Final-Deposit%C3%B3rio-UFJF-Ana-Paula-B%C3%84scaro.pdf> Revista em 13 abril 24.

¹¹ Arquivo Público Mineiro. **Cartas de Sesmarias**. SC 377 p. 132

¹² ANDRADE, Mateus Rezende. Compadrio, casamento e espaço em zona de fronteira agrícola: redes sociais da elite rural de Piranga (Minas Gerais, C1760-C1850). In: **Tempos Históricos**, v. 19, 2º sem 2015, p.235-267, 1983-1463 (versão eletrônica) p.248

¹³ Igreja N. S. Conceição de Piranga, livro de batismos 1825-1838 fls 9

¹⁴ Igreja N. S. Conceição de Piranga, livro de batismos 1825-1838 fls 87v

¹⁵ Igreja N. S. Conceição de Piranga, livro5 de batismos1801-1810 fls 164

1.5- **João** foi batizado¹⁶ a 24 Jul 1817, no Calambau, Presidente Bernardes, MG.

16- **Clara** foi batizada¹⁷ a 11 Out 1823, em Piranga, MG.

Por referências cruzadas, verifica-se que Angélica e João Fernando teriam vivido em Piacatuba ou no Meia Pataca. No entanto, há outra versão a considerar. O marido de Angelica pode ter sido filho de **João Gonçalves Lamas** e irmão de Antônio e Ignacio, citados por pesquisadores das famílias pioneiras de Descoberto. Todos seriam naturais do território hoje pertencente ao município de Alto Rio Doce, e um deles teria recebido sesmaria na face oeste da Serra dos Caramonos.

Ainda segundo informações de terceiros e ainda não documentadas, Ignacio Gonçalves Lamas foi casado com Querubina Maria de Jesus, com quem teve dez filhos, nascidos em Descoberto. Viúvo, migrou para o Espírito Santo e faleceu em Afonso Cláudio, em 1900. Já o irmão Antônio Gonçalves Lamas foi recenseado no quarteirão Pouso Alegre da Santíssima Trindade do Descoberto, em 1839. Com a esposa Maria teve, pelo menos, sete filhos.

Pelo que foi possível apurar sobre a família de **Domingos de Oliveira Alves**, é possível que ele tenha vendido ou trocado as terras da sesmaria doada para sua mulher em 1818, para acomodar filhos e genros. Para realizar a transação, teria constituído o patrimônio de N. S. da Piedade. O que não significa que ele próprio tenha vivido no território de Piacatuba, pois o processo de confirmação da Sesmaria de Ana Maria não deixa dúvidas de que eles permaneceram no Calambau.

Família Pereira

É lícito supor que o autor da versão de 1981 da Lenda da Cruz Queimada não tivesse muitas informações sobre Hipólito Pereira da Silva, porque se baseou em fontes orais, e a família de Hipólito migrou para o Espírito Santo no final da década de 1860. Entretanto, o desconhecimento surpreende porque ele era descendente de outro personagem citado na lenda e que não teve a participação pretendida, mas que teve relações próximas com os Pereira da Silva. É, pois, pouco provável que o autor não soubesse quem foram os Silva Pinto, de grande influência na região.

Na lenda, Hipólito e seus escravos seriam os opositores de Domingos Oliveira Alves, o que não encontra respaldo nas fontes documentais consultadas. A hipótese mais provável é que os três proprietários citados na Escritura de Doação do Patrimônio de Nossa Senhora da Piedade tenham se desentendido quanto ao estabelecimento das divisas e Domingos de Oliveira Alves tenha buscado a decisão judicial que o levou a doar uma parte das terras pretendidas.

E quem era Hipólito?

¹⁶ Igreja N. S. Conceição de Piranga, livro de batismos 1818-1822 fls 6v

¹⁷ Igreja N. S. Conceição de Piranga, livro de batismos 1813-1822 fls 273v

Talvez a melhor resposta seja citar seus familiares. Filho de **Lourenço Pereira da Silva** e **Joana Maria da Assunção**, Hipólito foi batizado¹⁸ a 20 Ago 1809, em Capela Nova, MG, e faleceu¹⁹ em 1882, em Muniz Freire, ES.

Seus pais nasceram e viveram em Capela Nova, onde também nasceram os filhos. Junto com alguns de seus irmãos, Hipólito se estabeleceu no Sertão do Rio Novo. Estes irmãos foram:

Joaquim Pereira de Souza, batizado a 16 Abr 1792 e casado em 1816 com Silveria Maria do Carmo, filha de João Antônio Henriques e irmã de José Henriques de São Francisco (Neto), que era casado com Francisca, irmã de seu marido Joaquim Pereira de Souza.

Manoel Pereira da Silva, batizado a 25 Abr 1791 e casado, em 1814, com Ana Custódia, filha de Antônio José Ferraz que também teve parentes no Sertão do Rio Novo.

Ana Maria da Assunção, batizada²⁰ a 26 Out 1792, em Capela Nova, MG, onde se casou, em 1815, com Francisco Antunes Vieira, falecido²¹, em Argirita, aos 5 fev 1842. Ana Maria vendeu sua fazenda do Retiro, em 1869, e migrou para o sul do Espírito Santo.

Maria Joana da Assunção, batizada a 3 Jul 1793 em Capela Nova, MG, onde se casou, em 1814, com José Joaquim de Souza. Há homônimos de ambos na zona da mata sul.

Antônio Pereira da Silva, batizado a 2 Jul 1794. Casou-se com Tereza Maria Angélica, filha de José Moreira da Silva e Maria Vieira de Jesus Souza e irmã de Josefa Maria de Jesus, abaixo mencionada.

Josefa Maria da Assunção, batizada a 3 Abr 1796, em Capela Nova, MG, onde se casou, em 1814, com Lino Antônio da Silva, filho de Manoel Antônio da Silva. Pai e filho tinham homônimos em Piacatuba e Argirita, não tendo sido possível distingui-los.

Francisco Pereira da Silva, batizado a 5 Ago 1800, em Capela Nova, MG. Não é citado nas outras fontes consultadas, podendo ter falecido na infância.

Leonor Maria da Assunção, batizada a 19 Abr 1802, em Capela Nova, MG, faleceu²² a 17 Ago 1864 em Santo Antônio do Aventureiro, MG. Foi casada com Francisco Gonçalves Filgueiras, que teve irmãos e outros parentes radicados no Sertão do Rio Novo.

¹⁸ Igreja N. S. Conceição de Conselheiro Lafaiete, MG, livro de batismos 1806-1829 fls 32

¹⁹ Cartório de Notas de Argirita - 1881-1882, fls 70

²⁰ Igreja N. S. Piedade, Barbacena, MG, livro de batismos 1829-1882 fls 23

²¹ Cartório de Notas de Argirita - 1841-1854, fls 24v

²² Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Processo 39803163 **Inventário de Leonor Maria de Assunção**

Lourenço Pereira da Silva [Filho], batizado²³ a 7 Dez 1803, em Capela Nova. Casou-se com Josefa Maria de Jesus, irmã de Tereza Maria Angélica, acima citada.

Luiz Pereira da Silva, batizado²⁴ a 29 Jul 1805, em Capela Nova, MG. Casou-se com Rita Umbelina do Carmo, filha de Vital Antônio de Mendonça e Rita Maria do Carmo, família que migrou da Serra da Ibitipoca para o Sertão do Rio Novo.

João Pereira da Silva, batizado²⁵ a 14 Fev 1807, em Capela Nova. Casou-se, em 1828, com Maria Joaquina Vieira, filha de Antônio Vieira de Souza (filho) e Maria Luiza do Céu. Maria Joaquina era irmã de Custódia e Ana Umbelina, citadas adiante.

Jacob Pereira da Silva, batizado a 12 Jun 1808, em Capela Nova. Teria falecido na infância.

Custodio Pereira da Silva, batizado²⁶ a 7 Out 1810, em Capela Nova, MG. Casou-se com Ana Umbelina de Souza, irmã de Maria Joaquina, casada com João, e de Custódia, casada com José Pereira da Silva.

Francisca Maria da Assunção, batizada²⁷ a 6 Abr 1812, em Capela Nova. Casou-se com José Henrique de São Francisco (neto), irmão de sua cunhada Silveria Maria do Carmo. Francisca foi casada também com José Lopes Vieira, com descendentes radicados no Sertão do Rio Novo.

José Pereira da Silva, batizado²⁸ a 17 Jul 1814, em Capela Nova. Casou-se com Custória Maria de Souza, irmã de Maria Joaquina e Ana Umbelina, acima citadas.

Além de irmãos e cunhados, outros parentes de Hipólito migraram na década de 1820 para o Sertão do Rio Novo. A mãe de Hipólito era filha de **José Lopes de Faria e Josefa Maria da Assunção**, casal que teve doze filhos e deixou descendentes radicados em Piacatuba e Argirita. Já os avós paternos de Hipólito são mais conhecidos: **Luiz da Silva Pinto e Leonor Pereira da Silva**, cujos descendentes são referidos por estudiosos de Conselheiro Lafaiete, Cataguases e região.

Hipolito Pereira da Silva se casou com **Tereza Umbelina de Jesus** a 30 Set 1828, no Lamin, MG. Foram pais de:

1.1- **Hipólito Cassiano Pereira**, batizado²⁹ a 28 Jul 1829, em Catas Altas da Noruega, MG. Faleceu a 18 Nov 1893, em Muniz Freire, ES. Foi casado com

²³ Igreja N. S. Conceição de Conselheiro Lafaiete, MG, livro de batismos 1806-1829 fls 26

²⁴ Informação do pesquisador Joberto Miranda Rodrigues.

²⁵ Informação do pesquisador Joberto Miranda Rodrigues.

²⁶ Igreja N. S. Conceição de Conselheiro Lafaiete, MG, livro de batismos 1798-1807 fls 222 ou 196

²⁷ SETTE, Bartyra e JUNQUEIRA, Regina Moraes, Projeto Compartilhar. **Familia Silva Pinto de Queluz**

²⁸ Informação do pesquisador Joberto Miranda Rodrigues.

²⁹ Igreja de Santo Antônio de Itaverava, livro de batismos 1828-1837 fls 108 img 38

Felicidade Perpétua de Jesus, filha de Francisco Antunes Vieira e Ana Maria da Assunção.

- 1.2- **Maria**, batizada³⁰ a 27 Jun 1831, em Catas Altas da Noruega.
- 1.3- **Manoel Felisberto Pereira da Silva**, batizado³¹ a 17 Jun 1832, em Itaverava.
- 1.4- **José Vicente Ferreira da Silva** nasceu por volta de 1837, segundo o inventário da mãe. Provavelmente nasceu no território que viria a ser Piacatuba, mas não se sabe onde estão os livros anteriores ao número 1 de Argirita, que conteriam os assentos relativos aos primeiros moradores de Piacatuba.
- 1.5- **Teresa Leopoldina de Jesus** nasceu por volta de 1839 e faleceu a 2 Fev 1882, em Muniz Freire, ES. Casou-se³², em Piacatuba, a 5 jul 1852, com **Elias Antunes Vieira**, filho de Francisco Antunes Vieira e Ana Maria de Assunção, irmã de Hipólito Pereira da Silva. Tereza e Elias tiveram 13 filhos, todos migrados para Muniz Freire, onde Elias faleceu.
- 1.6- **Ana Teodora do Nascimento** nasceu por volta de 1840. Era solteira quando a mãe faleceu.
- 1.7- **Maria Umbelina de Jesus** nasceu por volta de 1845. Era solteira em 1858.
- 1.8- **Maria Joana do Nascimento** nasceu por volta de 1847 e casou-se em Muniz Freire com **Joaquim Marques de Araújo**, natural de Afonso Cláudio, ES, filho de João Alves de Araújo e Inácia Cândida de Jesus, casados em Bias Fortes, em 1837. Depois de viverem em Argirita por quase trinta anos, os avós de Joaquim migraram com filhos, genros, noras e netos para o Espírito Santo, entre 1869 e 1872.
- 1.9- **Custodia Amelia de Jesus** nasceu por volta de 1849. Era solteira em 1858.
- 1.10- **Francisca Umbelina de Jesus** foi batizada³³ a 1 jun 1851, em Piacatuba.
- 1.11- **Antonia** foi batizada³⁴ a 8 jul 1853, em Piacatuba, Leopoldina.

Depois da morte de **Tereza**, a 11 Jan 1858, em Piacatuba, **Hipólito** casou-se com **Mariana Guilhermina do Carmo**, filha de **Vital Antônio de Mendonça e Rita Maria do Carmo**. No dia 26 de janeiro de 1862, **Amélia**, filha de Hipólito e Mariana, foi batizada³⁵ em Piacatuba.

No dia 12 de setembro de 1862, **Hipólio Pereira da Silva** e seu irmão **Luiz** venderam³⁶ uma parte da fazenda Boa Esperança, em Piacatuba, para Domingos Henriques de Gusmão. Por volta de 1868, **Hipólio** vendeu³⁷, para o mesmo comprador, sua fazenda Fortaleza, também em Piacatuba.

³⁰ Igreja de Santo Antônio de Itaverava, livro de batismos 1828-1837 img 60

³¹ Igreja de Santo Antônio de Itaverava, livro de batismos 1828-1837 img [73?]

³² Igreja N. S. Piedade, Piacatuba, Leopoldina, MG, livro1 cas fls 8 nr 16.

³³ Igreja N. S. Piedade, Piacatuba, Leopoldina, MG, livro01 de batismos fls 2.

³⁴ Igreja N. S. Piedade, Piacatuba, Leopoldina, MG, livro01 de batismos fls 18-verso.

³⁵ Igreja N. S. Piedade, Piacatuba, Leopoldina, MG, livro01 de batismos fls 44v cj. 4.

³⁶ Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – COARPE - TJMG, Processo 38404731 **Divisão da fazenda Rio Pardo, Piacatuba** img 468.

³⁷ Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – COARPE - TJMG, Processo 38404107 **Inventário de Domingos Henriques de Gusmão.** img 181

PIACATUBA: EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA E ORIGEM DO NOME

Publicação de 1 setembro 2001

Entre 1844 e 1851, o povoado em homenagem a Nossa Senhora da Piedade abrangia uma vasta região em torno de uma capela filial, curada da Freguesia de São Sebastião do Feijão Cru. Para melhor explicarmos sua evolução, lembremo-nos do significado de cada um dos termos próprios da divisão administrativa, no século dezenove, bem como a sua aplicação.

A Província de Minas Gerais era administrada por um Conselho Geral, presidido pelo Governador da Província, que encaminhava os pedidos de criação de Vilas e Cidades para a Assembleia Geral Legislativa do Império. Aprovado o pedido, era então emitido o Decreto Imperial que sancionava a criação, estabelecendo que a Vila teria uma Câmara Municipal e determinando qual seria sua área de abrangência. Procedia-se à eleição dos Vereadores e marcava-se a data de Instalação da Vila. O mais velho entre os eleitos assumia como Presidente da Câmara.

No decurso de sua atuação, as Câmaras Municipais avaliavam a necessidade de criar subdivisões administrativas que melhor atendessem às necessidades da população. O Decreto Imperial, de 11 de setembro de 1830, estabelecia que a criação de Distritos cabia às Câmaras Municipais. Esta determinação foi modificada por Lei Provincial Mineira de 12 de agosto de 1834, e a criação de Distritos passou para a alçada do Presidente da Província. Distrito era a divisão civil de uma Vila ou Cidade.

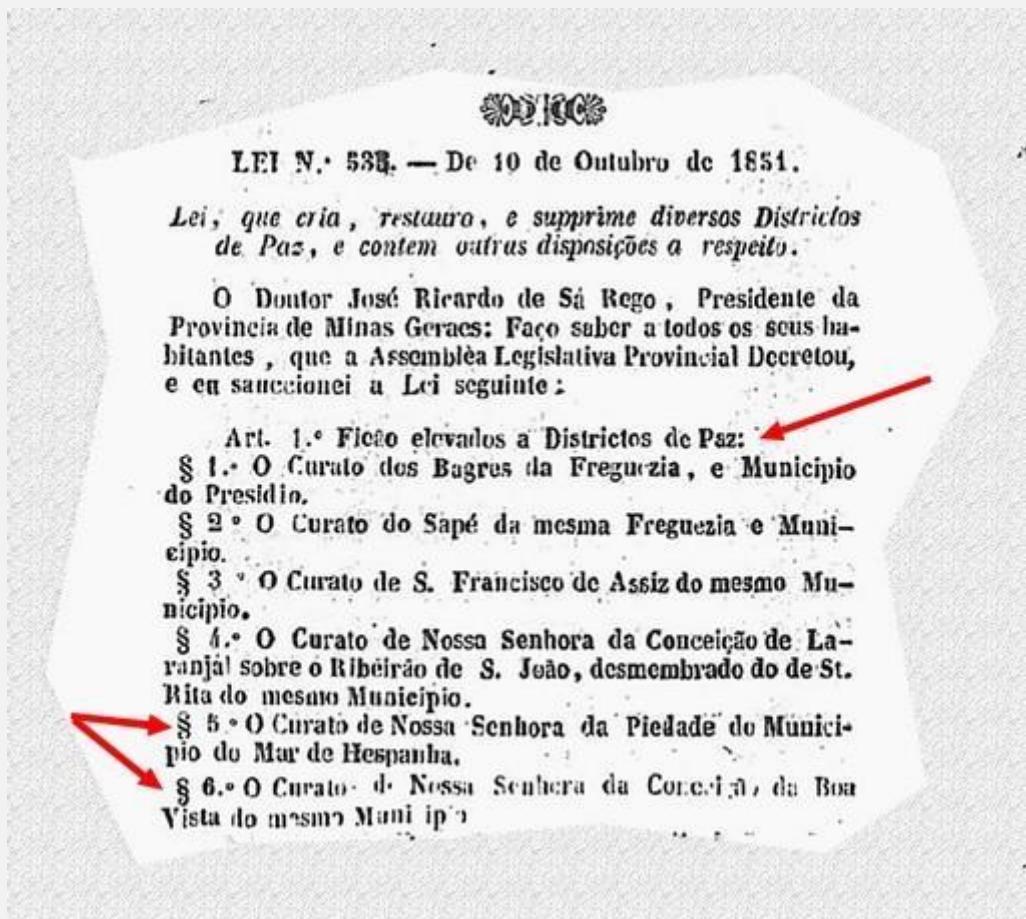
Durante o processo de criação, e algumas vezes somente depois de criado o Distrito, era encaminhada ao Bispado a solicitação de Instituição Canônica da Freguesia, também conhecida por Confirmação Episcopal.

Geralmente a criação de um Distrito se dava em torno de um povoado onde já existia uma Capela. Em todas as grandes fazendas, o proprietário mandava construir, no mínimo, um Oratório para o serviço religioso de sua própria família. Se localizada a grande distância da Freguesia, após acordo com os fazendeiros vizinhos, o proprietário fazia a Doação do Patrimônio ao Santo de sua devoção.

Na prática, isso significava uma Escritura de transferência de seus direitos sobre um pedaço de terra para o Bispado a que estivesse subordinado. De posse do Patrimônio, a Cúria Episcopal autorizava a realização de serviços religiosos naquela unidade e designava o padre.

Da estrutura de funcionamento do Bispado fazia parte a realização das Visitas Pastorais que, entre outras obrigações, fiscalizava os livros de cada uma das Igrejas de sua jurisdição. Observando um crescimento da população e, consequentemente, o aumento dos atos realizados no período, iniciava-se o processo de elevação do Curato em Freguesia.

Antes de prosseguirmos, queremos deixar claro que não havia regularidade no processo e dois Bispos contíguos poderiam agir de forma bastante diferente. A história da criação do Curato de Nossa Senhora da Piedade, bem como do Curato do Tesouro de São Sebastião do Feijão Cru e alguns vizinhos, foi um tanto diferente de outros na mesma província. Isso porque, embora localizados dentro do território de Minas Gerais, sua Instituição Canônica foi realizada pelo Bispado do Rio de Janeiro.



O Curato de Nossa Senhora da Piedade foi instituído em terras doadas por Domingos de Oliveira Alves, em 1844. Foi elevado a distrito pela lei número 533, de 10 de outubro de 1851, fazendo parte do então recém-criado município de Mar de Espanha. Com a emancipação do Feijão Cru a Vila Leopoldina, em 1854, passou para esta jurisdição.

A lei número 2027, de 1º de dezembro de 1873, criou a Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. De acordo com a legislação da época, isso significava conceder autonomia para ampliar o raio de ação, podendo o padre atender aos fregueses residentes fora de sua área administrativa. Acreditamos que esta lei tenha sido uma consequência do que já vinha ocorrendo na prática. Desde 1851, é possível encontrar assentos paroquiais de atos realizados nas capelas do Porto de Santo Antônio (Astolfo Dutra) e de Santana de Cataguases, lançados nos livros da Igreja de Nossa Senhora da Piedade.

Alguns autores consideram que não houve Instituição Canônica, ou que a lei acima foi tornada sem efeito, em virtude do contido na lei número 3798, de 16 de agosto de 1889, que tratava da elevação à Freguesia. Pedimos permissão para manifestar uma opinião algo divergente. Analisando Atas de Visitas Comarcas do período, concluímos que pode ter havido algum processo interrompido, mas que a legislação civil acatou a lei de 1873, passando a referir-se à Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Leopoldina. Nos atos eclesiásticos, porém, consta que ainda era Curato quando foi transferido para a Diocese de Mariana, por Ato Pontifício de 16 de julho de 1897, com o nome de Piedade da Leopoldina.

A derradeira mudança de nome veio muito tempo depois. Na divisão administrativa de Minas Gerais, levada a efeito pela Lei número 843, de 7 de setembro de 1923, foram trocados os nomes de 324 sedes distritais, sendo que, em 177, foram substituídas as

denominações de origem cristã. Enquadra-se, neste caso, o Distrito da Piedade que, a partir daí, passou a ter uma palavra de origem tupi como seu topônimo.

O nome Piacatuba é formado dos seguintes termos: PIA, que significa coração; CATU, que significa bom, e BA, que significa lugar. Portanto, Piacatuba, na língua geral, significa LUGAR DE GENTE DE BOM CORAÇÃO, numa alusão aos índios puris que foram seus primeiros habitantes e que, então, eram considerados pacíficos.

Infelizmente, temos uma nota dissonante a esse respeito. Embora o nome sugerido pelo Senador Basílio de Magalhães, por ocasião da discussão da Lei número 843 acima citada, tenha sido evidentemente explicado conforme documentação que compõe os anais da Assembleia Legislativa Estadual, muitos não compreenderam ou não quiseram aceitar seu significado. Data desta época a versão “Piracatuba” para o nome do distrito, constante em algumas obras oficiais, como a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, editada 26 anos depois.

Mais uma vez, pedimos licença para manifestar opinião pessoal. É que a substituição de “Pia” por “Pira” modificaria o significado do topônimo. No lugar de ser conhecida como “Terra de gente de bom coração”, seria conhecida como “Terra de incendiários”, numa linguagem atualizada. No entanto, os autores de tal absurdo demonstraram o completo desconhecimento da língua geral. Isoladamente, “Pirá” era palavra utilizada pelos indígenas para designar peixe, donde temos, por exemplo, o peixe chamado “pirarucu”. Quanto a “Pyrá”, do grego, e “Pyra”, do latim, ambas se relacionam a “fogo e fogueira”. Uma hipotética aglutinação de Pyrá + Catu + Ba significaria, mais ou menos, “lugar bom para queimar”. Se considerada de exclusiva origem do tupi, Pira + Catu + Ba significaria “lugar bom para peixe” ou para pescar. O que não é, historicamente falando, o caso de Piacatuba.

Pelo que pudemos apurar em algumas lendas familiares, a troca de nome do lugar teria sido alimentada por pessoas de pouco siso, cujo único objetivo seria achincalhar a origem da Cruz Queimada, episódio que foi berço da religiosidade séria e respeitável de toda a “Gente de Bom Coração”. O início da década de 1920 viu nascer disputas acirradas de praticantes das religiões protestantes contra os católicos, como se pode observar nos jornais A Noite, A União, A Razão, Correio da Manhã, O Brasil e O Combate, publicações da capital federal e da capital mineira. E justamente naquela época começou a ser construído o Monumento da Cruz Queimada.

Além da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, outras publicações utilizaram o nome Piracatuba ao longo do século XX:

- Correio da Manhã. 27 maio 1924, ed 9212, p 5, col 1;
- Brazil-Ferro-Carril. Revista Semanal de Transportes Economia e Finanças, 15 out 1925, p 507, col 2;
- O Jornal. 15 fev 1928, ed 2824, última página, col 7;
- Revista Excelsior - Rio de Janeiro. set 1931, ano IV, nr 44, p 73, col 2;
- O Jornal. 01 abril 1949, ed 8872, Segundo Caderno, p 1, col 7;
- Sino Azul - Rio de Janeiro - Revista da CTB, 1964, ed 1, p 13, col 2.

Texto republicado em outubro de 2001, por Lucimary Vargas de Oliveira e Nilza Cantoni, e atualizado em abril de 2018, por Nilza Cantoni.

Ainda o nome do distrito de Piacatuba

Publicação de 29 novembro 1999

Ainda sobre o nome civil dos domínios de Nossa Senhora da Piedade, em Leopoldina, acreditamos que a interpretação divergente terá sido o motivo para uma troca de correspondência entre o juiz Custódio de Almeida Lustosa e o Senador Basílio de Magalhães, publicada na Gazeta de Leopoldina, a 09.10.1923. O Senador confirmou, então, que utilizou termos indígenas para homenagear os Índios Puris que ali habitavam quando da chegada do homem branco.



Piacatuba - 2003
cantoni

Piacatuba é, pois, Lugar de Bom Coração ou Lugar de Gente de Bom Coração. O distrito, cuja extensão territorial é maior do que a de alguns municípios vizinhos a Leopoldina, recebeu o homem branco no início do século dezenove.

Era então o **Curato de Nossa Senhora da Piedade**



Como foi visto, por escritura de 23 de agosto de 1844, Domingos de Oliveira Alves fez doação de terras para a formação do patrimônio de Nossa Senhora da Piedade. O primeiro Cura designado para a capela, cuja construção ocorreu entre 1844 e 1850, foi o Padre Francisco Ferreira Monteiro. A partir de 27 de abril de 1854, com a elevação à Freguesia da antiga vila do Feijão Cru, fica o Curato da Piedade sendo filial da então denominada Freguesia de São Sebastião da Leopoldina. Pertencia ao Bispado do Rio de Janeiro.

O Curato de Nossa Senhora da Piedade, que em alguns registros aparece como Curato de Nossa Senhora da Piedade do Rio Pardo, teve seu primeiro assento realizado em 20.04.1851. Por Lei Mineira de 01.12.1873, foi criada a Paróquia da Piedade. E pela Lei Mineira nº 3.798, de 17.09.1889, foi elevada a Freguesia. Segundo Efemérides Mineiras, foi a última criação paroquial feita na Província pelo poder civil, cuja competência cessou com o estabelecimento da República. Pelo Decreto Pontifício de 16.07.1897, foi transferido para a Diocese de Mariana.



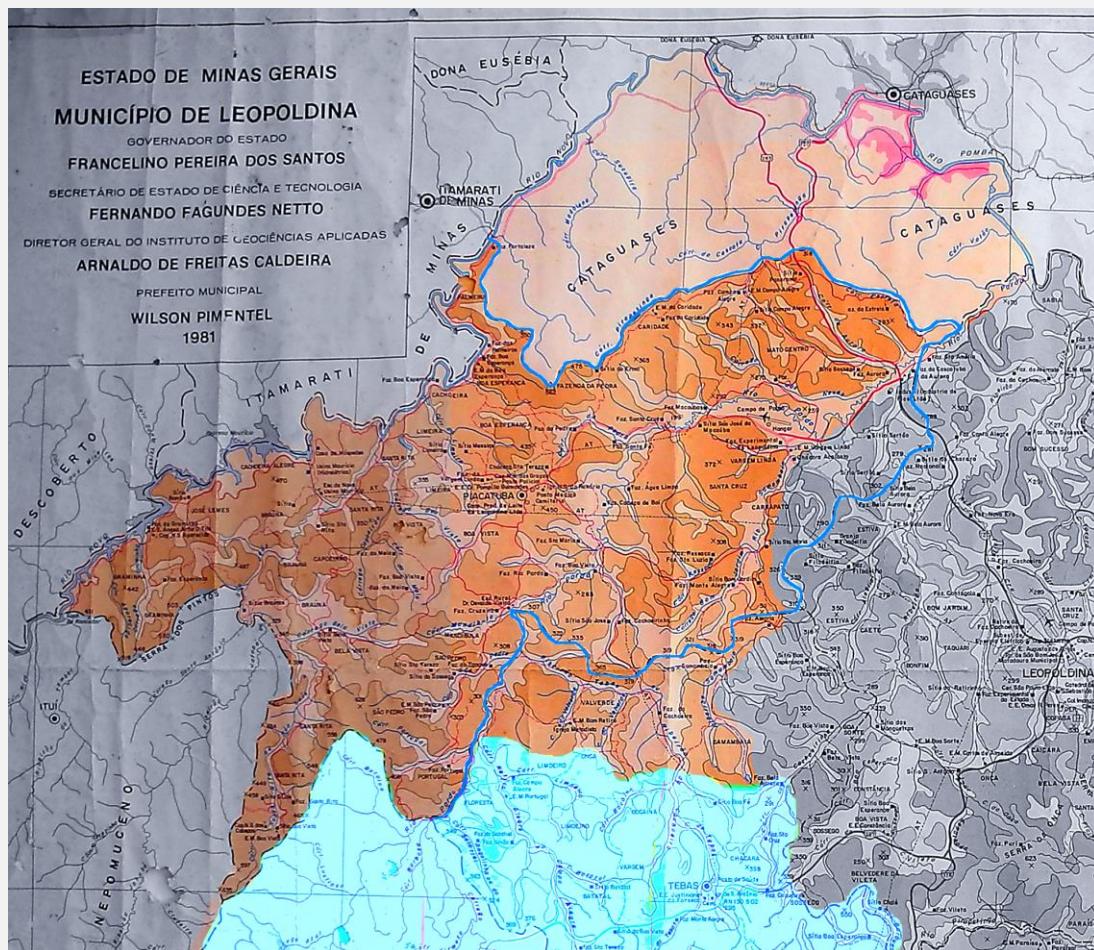
Este texto é uma revisão do que foi publicado em 1999.

AS DIVISAS DO DISTRITO DA PIEDADE

15 junho 2001

O distrito da Piedade, atual Piacatuba, teve os seus primeiros limites fixados em 10 de outubro de 1851, pela Lei nr. 533, que criou o distrito:

Art. 5 – O novo Distrito de Nossa Senhora da Piedade do Município do Mar de Hespanha, divide com o do Feijão Cru pelas águas vertentes do Ribeirão da Samambaia, e córrego do Nery; dali em direção às Laranjeiras e à fazenda de João Pedro de Souza no Rio Pomba; por este acima à fazenda do Capitão David; e dali em direção à Serra da Pedra Branca, atravessando o Ribeirão do Pires, até alcançar a fazenda da Graminha, compreendidas as vertentes do Rio Novo; e com o distrito do Rio Novo, divide pela maneira seguinte: ficam pertencendo ao novo Distrito de Nossa Senhora da Piedade as vertentes do Ribeirão da Independência, desde a sua foz no Rio Pardo até a Serra da Parapetinga, e da Barra do mesmo Ribeirão, Rio Pardo acima, ficam compreendidas as fazendas de D. Antônia Maria da Luz, Francisco Tavares e Francisco Mendes da Silva.



No estudo acima, a área em tons de vermelho/laranja e rosa compunha o distrito criado em 1851. A área azul, na parte inferior, era do distrito do Senhor Bom Jesus do Rio Pardo, hoje Argirita. A linha azul pela direita do mapa mostra a atual divisa do distrito com Tebas, ao sul; a sede do município de Leopoldina, a leste, e Cataguases, a norte-nordeste, demonstrando o território que Piacatuba perdeu entre a criação do distrito e as divisas atuais.

Conforme verificado na imagem acima, a linha divisória sofreu algumas alterações, ora aumentando, ora diminuindo a área do distrito.

Será sempre oportuno buscar novos documentos que possam esclarecer, exatamente, quais eram os limites entre os distritos da Piedade, Rio Pardo e Monte Alegre. Especificamente sobre o Distrito do Rio Pardo (Argirita), sabemos que ele se limitava, pela serra Dourada e vertentes do rio Angu, com o Distrito de Madre de Deus do Angu (Angustura); com o então Curato do Espírito Santo (Guarará), pela serra da Prata e vertentes do ribeirão de mesmo nome; pelas vertentes do rio São João, com São João Nepomuceno e, partindo da serra de Santa Rita, seguia o córrego de São Bento até encontrar, novamente, a serra Dourada, também chamada de serra da Boa Vista.

LEI N. 1,198—DE 9 DE AGOSTO DE 1864.

Carta do Lei que crê, suprime e transfere de umas para outras freguesias e municípios diversos distritos de paz, e contém outras disposições a respeito,

○ BACHAREL FIDELIS DE ANDRADE BOTELHO, Vice-Presidente da Província de Minas Geraes: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte:

[...]

Art. 4.º Ficão estabelecidas as seguintes divisas:

[...]

§ 3.º As do distrito e curato da Piedade com o de Monte Alegre começarão na margem do Rio Novo e seguindo pelo espigão que divide a fazenda da Graminha pertencente a Wenceslao Martins Pacheco e Manoel Antonio Dutra, atravessarão o ribeirão de S. João em rumo direito a serra da fazenda de D. Rita, passando a pertencer ao mesmo distrito as fazendas acima mencionadas, a de D. Maria Luiza e todo o mais território compreendido nesta demarcação.

§ 4.º As do distrito e curato do Rio Pardo com o distrito e curato da Piedade serão pelas fazendas de Joaquim Antonio de Barros, Manoel Gonçalves de Castro e Joaquim Pereira de S. Thiago Junior, e desta ultima fazenda as divisas com o distrito de Monte Alegre serão pelas águas vertentes do ribeirão de S. João até a fazenda de Gabriel Alves de Resende, e desta pega, serra da Prata, águas vertentes do Rio Pardo, até as cabeceiras onde reside Jacob Dornellas da Costa, ficando pertencendo ao referido distrito e curato as fazendas acima mencionadas e todo o mais território compreendido nesta demarcação.

[...]

Lei 1198, de 9 de agosto de 1864.

A lei 2027, de 1º de dezembro de 1873, aborda os limites distritais e indica, como pertencentes ao Distrito de Nossa Senhora da Piedade, as fazendas Graminha, a de Manoel Antônio Dutra e a de José Maria Gonçalves Coelho, que marcavam os limites com São João Nepomuceno.

Ainda nesta lei de 1873, encontramos a primeira menção a Francisco de Paiva Campos como freguês da Piedade, sendo ali esclarecido que, até então, sua fazenda pertencia ao Distrito de Dores do Monte Alegre.

Dois anos depois, com a criação da Vila de Cataguases, em novembro de 1875, foram retirados, do território de Piacatuba, os terrenos da margem esquerda do rio Novo, na parte que hoje pertence a Dona Euzébia. No entanto, na jurisdição eclesiástica, aqueles terrenos continuaram³⁸ com a Igreja de Nossa Senhora da Piedade.

Em 1880, nova lei vinha tratar dos limites entre Piacatuba e Cataguases, agora estabelecendo que, do ponto do Rio Novo, onde é a atual divisa entre Itamarati, Cataguases e Dona Euzébia, seguindo pelo córrego Pirapetinga e até encontrar a foz do Rio Pardo, todos os terrenos ao norte ficariam pertencendo a Cataguases. Mas esta ainda não seria a divisão definitiva. Em setembro do ano seguinte, o trecho compreendido entre a serra da Pedra Branca, em Astolfo Dutra, e o rio Novo, passaria também para Cataguases. Desta forma, as fazendas de João Antônio de Araújo Porto e de José Henriques da Mata deixaram de pertencer à Piedade. Pouco depois, em outubro de 1882, foi a vez de passarem para Cataguases as fazendas de David Alves Ferreira e Pedro Antônio Furtado de Mendonça. Finalmente, em 1884, nova transferência acrescenta a Cataguases a fazenda de Cândido da Silva Ladeira.



Lei nr 2700, de 30 de novembro de 1880.

³⁸ LEI NR. 2237 DE 15 DE JUNHO DE 1876

Em virtude de tantas alterações dos limites entre Cataguases e a Piedade, até hoje continuam a ser mal-informados os leitores de jornais e livros publicados na própria região. Especialmente no que se refere ao Museu da Eletricidade, é comum ler que a Usina Maurício está localizada naquele município. Acreditamos que caiba ao morador de Piacatuba, assim como a todos aqueles que amam este belo distrito, procurarem preservar adequadamente a sua história.

Foi no ano de 1880, com a criação do distrito de Santo Antônio de Tebas, no lugar antes denominado Aplicação de Monte Alegre, que começaram as modificações nos limites da Piedade. Ali, num primeiro momento, passaram para o novo distrito as fazendas de Francisco José Barbosa de Miranda, Francisco Paulino Ramos e Francisco Xavier Augusto. Na outra margem do rio Pardo, continuaram na Piedade as fazendas de Manoel Ferreira de Souza, Francisco Antônio Nogueira, Eleotério Gonçalves Pereira e João Paulino Barbosa.

Dois anos depois, com a elevação, em 1882, de Tebas a Freguesia, esta passou a contar como seu território as seguintes fazendas desmembradas da Piedade: Valverdes, Manoel Lopes de Carvalho, Rafael Teixeira, Pedro José de Novaes, Francisco Antônio Nogueira da Gama, Francisco Paulino Dias de Oliveira, Luiz José Gonzaga de Gouvêa, Paulo José Ribeiro e Joaquim Rodrigues da Silva.

Este texto foi atualizado em novembro de 2023.

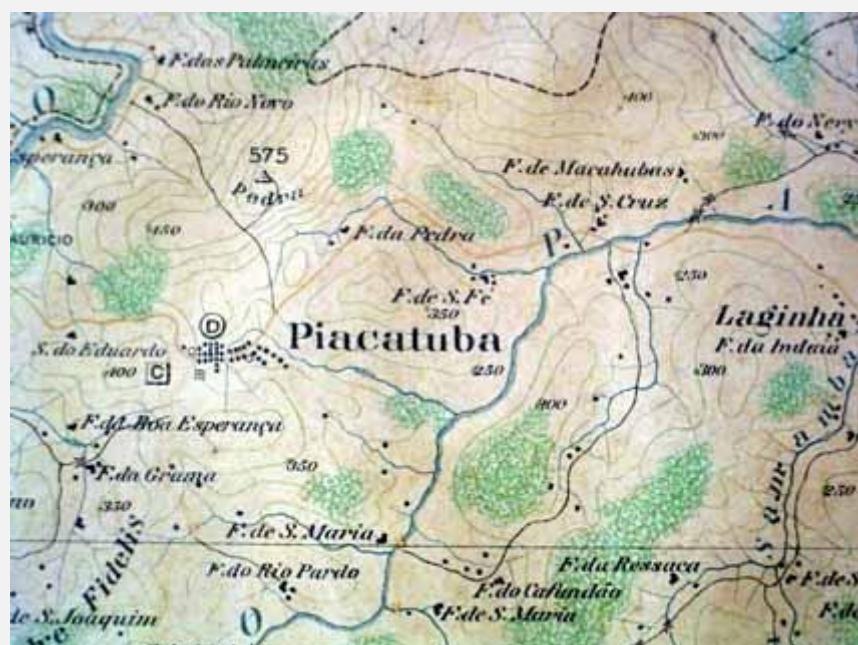
NOTÍCIA SOBRE OS PRIMÓRDIOS DE PIACATUBA

Publicação de 20 janeiro 2002

No primeiro ano de funcionamento do distrito de Nossa Senhora da Piedade, foram realizados diversos batismos, casamentos e funerais de moradores do lugar. Agradecemos a gentileza do Monsenhor Antônio José Chamel, bem como a de D. Ana Bárbara Fajardo Barbosa, por nos terem permitido fazer o levantamento daquelas primeiras páginas da história de Piacatuba. Com este trabalho, em 2001, pudemos entregar, higienizados e indexados, os primeiros livros de assentos paroquiais de Piacatuba.

Para escrever sobre os primórdios do distrito, foram utilizadas outras fontes documentais que complementaram informações obtidas nos livros paroquiais. Entre as mais importantes, estão os livros do Cartório de Notas da Piedade, encontrados no Arquivo da Câmara Municipal de Leopoldina.

De tal sorte, foi possível concluir que, nos primeiros anos de sua criação, o distrito de Piacatuba contou com o esforço de seus moradores para transformar as condições de habitabilidade então existentes. Até a chegada do colonizador, a região era ocupada pelos índios puris. Alguns deles adaptaram-se ao novo modo de vida e passaram a fazer parte do grupo social que ali viveu. Não se tem notícia de escravização de indígenas, embora alguns deles sejam mencionados como trabalhadores em algumas das fazendas da região. Infelizmente, por falta de sobrenome, não nos foi possível identificá-los a contento.



Recorte de Cartografia de 1936.

É importante observar que o distrito da Piedade abrangia parte do território que veio a constituir o município de Cataguases, vinte e quatro anos depois, bem como parte do território que, em 1881, formou o distrito de Santo Antônio de Tebas. Aliás, o nome deste distrito é uma homenagem a um dos pioneiros da região – Manoel Joaquim Ferreira ou Manoel Joaquim Tebas – falecido a 27 Set 1847. Provavelmente, foi este antigo morador quem abriu o antigo caminho carroçável que ligava sua propriedade ao caminho entre o Distrito de Bom Jesus do Rio Pardo (Argirita) e o Distrito de Nossa Senhora da Piedade (Piacatuba). Nesse percurso, a estrada servia a algumas das antigas fazendas, como Vargem, Limoeiro, Bocaina e Samambaia. Claro está que, na época, ainda não eram

conhecidos esses nomes, mas sabemos que a propriedade de Manoel Joaquim Tebas se chamava Monte Alegre e divisava com a Fazenda do Feijão Cru Pequeno, de propriedade de Manoel Antônio de Almeida.

Nas proximidades da foz do Ribeirão Tebas, no local hoje conhecido como Valverde, foi aberta uma variante do caminho que levava à Piedade e que ia encontrar o Rio Pardo, na altura da Fazenda Boa Vista. O Distrito da Piedade já estava cortado por diversos caminhos, desde o início de sua ocupação. O território entre o Ribeirão São João (oeste), Rio Pardo (leste), Córrego Pirapetinga (norte) e a Serra da Boa Vista (sul), é, provavelmente, a mais antiga região habitada do distrito.

PRIMEIRO BATISMO EM PIACATUBA

20 abril 2014

O mais antigo registro de batismo encontrado nos livros paroquiais de Leopoldina é da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, no distrito de Piacatuba, dia 20 de abril de 1851.

(Nº 1)

Os sante dias do Meis de Abril do anno de mil oitocentos e vinte e um 1851 Baptizou solenemente mestra Jacinta
Igreja Senhora da Piedade puz os Santos Batíos a ala
Jacinta filha legítima de Pedro e Joaquina Escravos
Francisco José da Miranda e filo Padimba (Pai) José de
da e Madrinha sua Muther Francisca de Jesus
na Contar a Verdade fiz este assento era ut supra.
Francisco Ferreira Monteiro Curado na Igreja.

Os sante dias do Meis de Abril do anno de mil oito
e vinte e um 1851 Baptizou solenemente mestra
Jacinta Igreja Senhora da Piedade puz os Santos Batíos
Inocente Joaquim filho legítimo de Valentim José
Silva e sua Muther Mariana Tereza da Silva
Padimba Domingos Henriques de São Alipácio e Madrinha
sua Muther Maria Baldina da Silva Alvim e para
tar fiz este assento era ut supra, o Pároco Francisco Ferreira
Curado na Igreja.

O primeiro assento é de 20 de abril de 1851, batismo de Jacinta, filha de Pedro e Joaquina, escravos de Francisco José de Miranda.

Do mesmo dia é o segundo batismo, de Joaquim, filho de Valentim José da Silva e Mariana Tereza de Jesus

PRIMEIROS CASAIS FORMADOS EM PIACATUBA

17 agosto 1998

Primeiros casamentos realizados na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, extraídos dos mais antigos livros paroquiais de Piacatuba.

Noivo	Noiva	Data
Alexandre Pinheiro de Farias	Firmina Maria de Jesus	23.06.1851
Anselmo Alves Ferreira	Angelica Maria de Miranda	29.11.1862
Antônio	Anastácia	27.11.1854
Antônio Alves Ferreira Júnior	Maria Rita de Jesus	09.04.1864
Antônio Carlos Ferreira	Miquelina Florentina de Assis	02.05.1854
Antônio Carlos Ladeira	Flavia Honória da Assumpção	26.07.1854
Antônio de Sá Rocha	Maria Rita de Jesus	23.09.1852
Antônio de Sá Rocha	Rosa	29.05.1854
Antônio Duarte Ribeiro	Manoela Maria de Jesus	11.11.1854
Antônio José da Costa	Felisbina Francisca de Jesus	11.04.1864
Antônio José da Silva	Joana Luzia de Oliveira	07.02.1855
Antônio Lopes Ferreira	Ana Joaquina de Jesus	06.07.1863
Antônio Pernes de Miranda	Ana Soares Garcia	29.11.1863
Antônio Romualdo de Oliveira	Francisca Carolina de Oliveira	16.10.1854
Antônio Silvério Rabelo	Ana Honória da Conceição	12.07.1863
Baltazar Lopes da Costa	Caetana Maria de Jesus	29.06.1851
Benedito	Carlota	29.01.1855
Camilo	Teresa	21.02.1852
Camilo	Rosa	22.02.1852
Carlos José Fernandes	Balduína Custodia do Amor Divino	17.02.1855
Cassiano José do Carmo	Rita Teresa de Jesus	30.06.1852
Custodio Gonçalves Netto	Custodia Francisca de Jesus	15.07.1865
David José Ribeiro	Maria Joana de Oliveira	21.01.1852

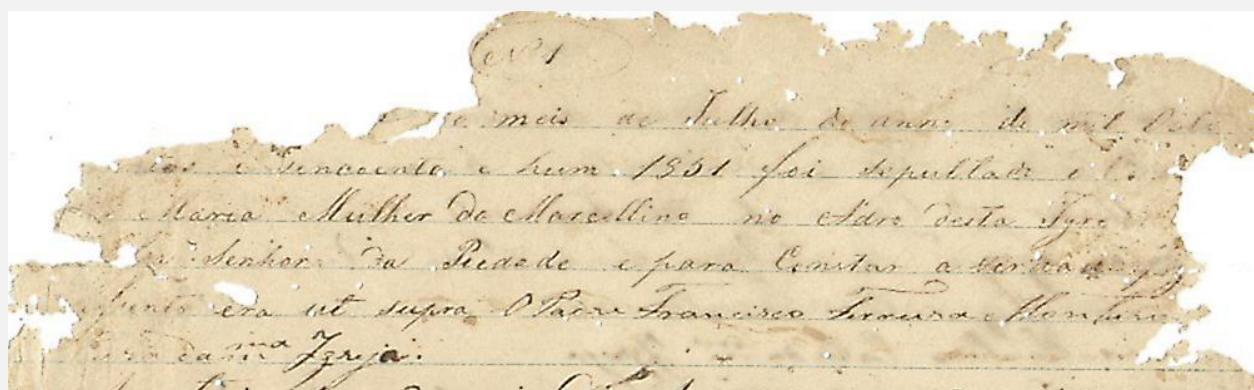
Domiciano José Nogueira	Maria Cândida de Jesus	26.05.1852
Domingos Nunes de Moraes	Maria Angelica de São José	20.10.1852
Elias Antunes Vieira	Teresa Leopoldina de Jesus	05.07.1852
Florencianno Candido de Oliveira	Maria Magdalena Gomes da Silva	09.11.1854
Francisco Barbosa da Silva	Maria Rita do Espírito Santo	23.04.1854
Francisco da Costa de Souza	Maria de Souza de Jesus	02.06.1854
Francisco de Assis Xavier	Barbara Rosa Gomes	22.06.1863
Francisco Henriques Pereira	Peregrina Maria de América	10.06.1865
Francisco José Barbosa	Joana Luzia da Anunciação	15.02.1854
Francisco José da Costa	Zeferina Rosa de Jesus	15.02.1854
Francisco Rodrigues de Souza	Mariana Luiza de Jesus	18.02.1855
Galdino Antônio Martins de Oliveira	Marciana Maria de Jesus	27.05.1865
Ignacio de Oliveira	Lucia Florentina de Alves	21.02.1852
Jacinto Muniz de Melo	Maria Ignacia de Jesus	04.03.1862
João Coelho Alves	Maria Luzia	14.06.1854
João Francisco dos Reis	Custodia Maria da Paixão	06.02.1865
Joaquim	Ana	26.02.1854
Joaquim Claudio de Oliveira	Maria Antônia Rosa de Jesus	11.02.1855
Joaquim José Ferraz	Barbara Maria de Mendonça	18.10.1854
Joaquim Pereira do Valle	Maria Custodia de Jesus	09.10.1854
José Coelho da Silva	Maria Custodia de Jesus	21.08.1852
José da Cunha e Silva	Tomazia Fermina de Jesus	28.11.1851
José Ferreira da Silva	Maria Francisca de Jesus	24.08.1853
José Ignacio da Silva	Francisca Maria de Jesus	25.09.1852
José Joaquim Barbosa	Ana Maria de Jesus	14.02.1852
José Laurindo de Souza	Maria Joaquina de Jesus	08.07.1865
José Martins Pacheco	Rita Maria da Conceição	20.10.1862
José Rodrigues de Oliveira	Florentina Maria de Jesus	15.02.1852

José Rodrigues de Souza	Antônia Rosa de Jesus	28.02.1865
Lourenço	Joaquina	26.02.1854
Manoel Antônio Gomes	Mathilde Emerenciana de Jesus	01.05.1865
Manoel da Silva Ramos	Ana Carolina de Jesus	26.04.1854
Manoel Joaquim de Souza	Venâncio da Silva Vieira	05.06.1865
Manoel José Bento	Rosa Maria de Jesus	24.04.1854
Manoel José Ferraz	Francisca Maria de São José	18.10.1854
Manoel Rodrigues de Souza	Ana Maria de Jesus	07.08.1852
Matheus	Eva	24.08.1853
Mizael de Araujo Martins	Custodia Maria da Luz	29.11.1851
Pedro	Maria	09.05.1852
Pedro	Sopriana	29.01.1855
Pedro Paula de Almeida	Maria Rosa da Glória	22.08.1852
Quirino	Izabel	23.07.1864
Ricardo	Sebastiana	28.06.1852
Ricardo José de Moraes	Rita Vicêncio de Jesus	20.02.1854
Serafim José de Abreu	Maria da Silva Vieira	05.06.1865
Severino	Germana	15.01.1854
Simpliciano José Teixeira	Maria José de Jesus	23.06.1864
Tertuliano	Rita	23.11.1851
Tristão de Almeida Pinto	Mariana	28.11.1854
Valeriano da Silva Ramos	Rita Umbelina do Nascimento	09.09.1854
Venancio	Eva	26.02.1854
Vicente	Sabina	17.01.1854

PRIMEIROS ÓBITOS EM PIACATUBA

19 junho 2000

A lista dos primeiros moradores falecidos e sepultados no cemitério de Piacatuba foi composta a partir de um trabalho realizado entre 1996 e 2001, quando fizemos a higienização, indexação e acondicionamento dos primeiros livros paroquiais de Piacatuba, preparando-os para consulta de forma menos danosa à conservação deste patrimônio do distrito.



Primeiro sepultamento: Maria, mulher de Marcelino, julho de 1851.

Data	Falecido	Parente
20.01.1853	Ana Teodora de Jesus	
19.10.1851	Antônio	
29.09.1852	Antônio Baptista	
28.09.1851	Antônio Nunes de Moraes	
26.06.1903	Brasileiro	
—.10.1864	Cesaria	filha de Joaquina
01.08.1852	Custodio	filho de Francisco Antônio da Silva e Mariana Custódia de Jesus
28.02.1852	Domingos	filho de Antônio de Sá Rocha e Francisca Rosa de Jesus
02.06.1852	Domingos de Oliveira Curto	
03.10.1851	Eugenio	
10.03.1862	Eustachio	escravo de Joaquim Honorio de Campos
09.11.1851	Francisca Rosa de Jesus	mulher de Antônio de Sá Rocha
—.04.1862	Francisco	
13.12.1851	Francisco	filho de Francisco José de Miranda e Maria Luiza de Oliveira
18.04.1852	Francisco	João Luciano de Rezende e Felicidade
22.12.1851	Francisco	filho do Manuel Rodrigues e Anna
17.10.1864	Gabriel	filho de Carolina Maria de Jesus
02.01.1852	João	filho de Manoel Dias de Meirelles e Florentina Maria de Jesus

03.08.1851	João	
08.10.1853	João Francisco Pires	
27.09.1851	João Purí	
23.05.1852	Joaquim Antônio da Silva	
22.12.1851	José	filho de Antônio Costa Ferreira e Anna Joaquina
07.07.1852	José Carlos de Oliveira	
25.03.1861	José Luiz Pereira	filho de Francisca de [...]
07.10.1851	José Nunes de Moraes	
29.04.1863	Josepha	escrava de David Alves Ferreira
04.08.1851	Leopoldino	
14.05.1862	Lina Emigdia de Assis	mulher de Francisco Fernandes Ferraz
11.04.1862	Manoel Benedicto	
31.12.1851	Manoel Joaquim Ferreira	marido de Mariana
—.07.1851	Maria	mulher de Marcelino
02.12.1851	Maria	
09.04.1862	Maria	mulher de João Pires
17.11.1851	Maria	
27.05.1903	Maria	mulher de Sebastião Rezende de Mendonça
22.04.1862	Maria de Nazareth	filha de Ana Valverde
27.03.1852	Maria Gomes	mulher de João Rodrigues
30.05.1852	Matheus	filho de João José de Souza e Verdiana de Jesus
28.06.1852	Rita	escrava de Ana Teodora do Nascimento
07.03.1854	Rita Maria de Jesus	mulher de Manoel Antônio de Oliveira
19.08.1852	Thomaz	escravo de Hipólito Pereira da Silva
19.02.1862	Zeferino	
26.05.1852	Zeferino José Ribeiro	

SESQUICENTENÁRIO DE PIACATUBA 1851 – 2001

19 maio 2001



Igreja de Nossa Senhora da Piedade no século XIX.

Acervo Carmen Tassari. Restaurada por Joana Capela e Nilza Cantoni.

O patrimônio para a capela de Nossa Senhora da Piedade foi doado, por escritura de 23 de agosto de 1844, por Domingos de Oliveira Alves. Até então, haviam sido criadas as capelas

nas seguintes localidades próximas: 1811 – São João Nepomuceno; 1816 – Santo Antônio do Porto Alegre do Ubá (Astolfo Dutra); 1824 – Santíssima Trindade do Descoberto; 1828 – Santa Rita da Meia Pataca (Cataguases); 1839 – Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (Argirita); e, década de 1830 - São Sebastião do Feijão Cru (Leopoldina).

É necessário observar que, antes da existência de uma capela devidamente instituída canonicamente, os moradores de determinado povoado estavam sempre vinculados à capela que frequentassem, já que os atos da vida civil eram realizados sob o controle e fiscalização da Igreja. Assim, embora encontremos referências a fatos anteriores à criação da Capela de Nossa Senhora da Piedade, não podemos falar na existência do Curato até então.

A primeira capela de Piacatuba foi construída por volta de 1845. E a lei número 533, de 10 de outubro de 1851, trata da criação do Distrito de Nossa Senhora da Piedade, pertencente ao município de Mar de Espanha. Isso significa que, nos meses anteriores à promulgação desta lei, foi indicado um Padre para trabalhar no novo distrito e autorizada a abertura dos livros fiscais de batismos, casamentos e óbitos. Portanto, a data oficial de criação de Piacatuba é o ano de 1851.

Quem eram os moradores do antigo Curato de Nossa Senhora da Piedade? Quem foram os desbravadores das matas aqui existentes?

Para responder essas questões, é necessário lembrar que, até a metade do século dezoito, a área então conhecida como “sertões do leste” estava vedada à entrada do colonizador, como uma das medidas para impedir o extravio do ouro. Com a queda da mineração, iniciou-se uma grande migração em busca de outras atividades produtivas. Já que o centro da província estava intensamente povoado, começou a haver um movimento, de início ainda tímido, em direção aos “sertões do leste”. No caso da região em que se insere Piacatuba, isso resultou na criação da Freguesia do Mártir São Manuel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Croatos e Cropós. A 25 de dezembro de 1767, o Padre Manoel de Jesus Maria celebrou a primeira missa na atual cidade de Rio Pomba.

Alguns anos depois, com o aumento da navegação pelo Rio Paraíba do Sul, houve necessidade de instalar um posto de fiscalização em suas margens. Em torno de um destes postos, localizado onde hoje é o município de Além Paraíba, aos poucos formou-se um povoado. No dia 25 de agosto de 1811, o alferes Maximiano Pereira de Souza fez a escolha do terreno para a Igreja de São José do Paraíba, perto dos terrenos do Padre Miguel Antônio de Paiva. Por esta época, também foi construída a Capela de Nossa Senhora das Mercês do Cágado (Mar de Espanha).

Dessa forma, podemos observar que o colonizador vinha se instalando na área desde o século dezoito. Do final daquele século até as primeiras décadas dos anos novecentos, foram inúmeras as sesmarias concedidas na região.

Entre 1800 e 1831, grande número de moradores do Termo de Barbacena deslocou-se para as proximidades do Rio Novo. Enquanto parte deles seguiu o percurso desse rio, à procura de um sítio onde se instalar, outro grupo veio encontrá-los, descendo pelo Rio Pomba. Assim, quando foi realizada a contagem de habitantes, em 1831, em 70 das 142 residências de São José do Paraíba, constavam nomes de moradores do local que viria a formar os territórios de Leopoldina e Piacatuba.

Nos anos seguintes, o afluxo continuou crescendo. Em 1835, no Mapa de Habitantes da Freguesia de São Sebastião do Feijão Cru, contaram-se 135 residências. Um terço delas de moradores do futuro Curato de Nossa Senhora da Piedade.

Baseando-nos ainda nas contagens de habitantes, não podemos deixar de mencionar a que foi realizada na Santíssima Trindade do Descoberto, em 1839. Especialmente nos quarteirões então chamados Estiva e Arraial, onde foram registradas 94 residências, identificamos nomes ligados à história de Piacatuba em 10% delas.

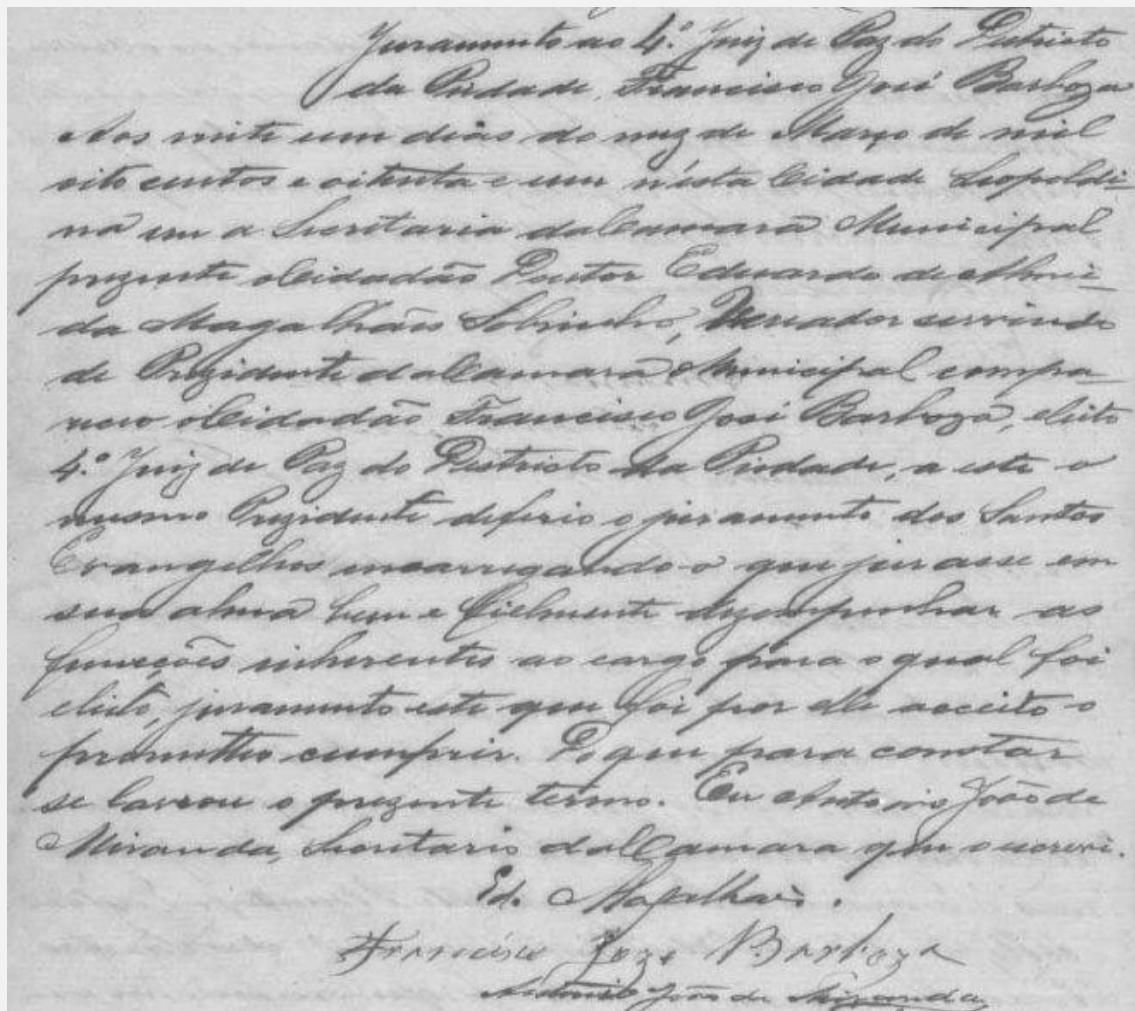
Assim, podemos concluir que o Curato de Nossa Senhora da Piedade foi se formando ao longo de mais de vinte anos. Com a doação do terreno para constituir o Patrimônio de Nossa Senhora da Piedade, por Domingos de Oliveira Alves, foi possível à comunidade requerer a competente instalação canônica. Os motivos para a demora de quase sete anos, entre a doação e a instalação, podem ter sua origem na divisão eclesiástica da época. Porque, embora território da província de Minas Gerais, pertenceram ao Bispado do Rio de Janeiro as seguintes igrejas: Nossa Senhora das Mercês do Cágado (Mar de Espanha), Divino Espírito Santo (Guarará), Madre de Deus do Angu (Angustura), Santo Antônio do Aventureiro (Aventureiro), São Sebastião do Feijão Cru (Leopoldina), Nossa Senhora da Piedade (Piacatuba), Nossa Senhora da Conceição da Boa Vista (Recreio) e São José do Paraíba (Além Paraíba).

No dia 20 de abril de 1851, quando o Padre Francisco Ferreira Monteiro realizou o primeiro batismo na Igreja de Nossa Senhora da Piedade, deu-se início à história oficial de Piacatuba.

AUTORIDADES DO DISTRITO DA PIEDADE

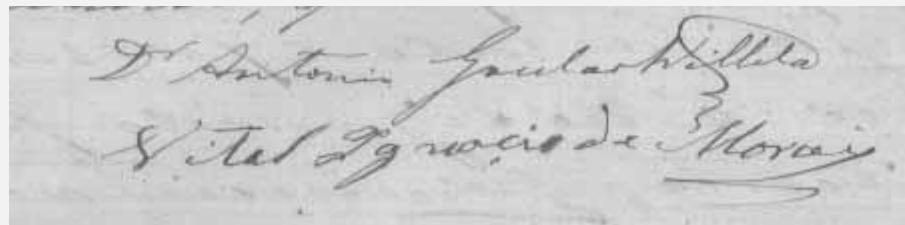
4 março 2002

Autoridades distritais empossadas pela Câmara Municipal de Leopoldina, conforme códices 32 e 146.



Antônio Gonçalves de Castro	2º Juiz de Paz	07.01.1881
Antônio Pereira da Silva	4º Juiz de Paz	07.01.1865
Antônio Pinto de Carvalho	1º Juiz de Paz	16.02.1883
Apolinário José de Carvalho	Fiscal	11.07.1881
Cândido José Batista	2º suplente de Juiz de Paz	29.01.1867
Domingos Henrique Porto Maia	3º Juiz de Paz	16.02.1883
Domingos Henriques de São Nicácio	2º Juiz de Paz	05.03.1861
Francisco Casemiro da Costa	1º Juiz de Paz	05.03.1861
Francisco José Barbosa	4º Juiz de Paz	21.03.1881
Francisco Soares Valente Vieira	3º Juiz de Paz	09.01.1857
	2º Juiz de Paz	07.01.1865
	2º Juiz de Paz	16.03.1867
João Antônio da Costa Coimbra	1º suplente de Juiz de Paz	29.01.1867
	1º Juiz de Paz	07.01.1881

Joaquim Antônio Cardoso	3º Juiz de Paz	20.07.1861
Joaquim Fajardo de Melo	4º Juiz de Paz	16.02.1883
Joaquim Honório de Campos	1º Juiz de Paz	09.01.1857
José Furtado de Mendonça	1º Juiz de Paz	07.01.1865
José Rodrigues de Miranda	3º Juiz de Paz	07.01.1881
Lino João Mendes	4º Juiz de Paz	09.01.1857
Luiz Pereira da Silva	2º Juiz de Paz	09.01.1857
Mariano Henriques Pereira	2º Juiz de Paz	16.02.1883
Vital Inácio de Moraes	2º suplente de Juiz de Paz	05.04.1890



A handwritten signature in cursive Portuguese. The text appears to read "D. Antônio Joaquim Honório de Campos Vital Inácio de Moraes". The signature is written in black ink on a light-colored background.

RESULTADO DE UMA ELEIÇÃO EM 1852

2 agosto 2002

Em setembro de 1852, foi realizada, em Piacatuba, uma Assembleia Paroquial para eleger sete vereadores para formar a Câmara Municipal de Mar de Espanha, e quatro juízes de paz para o Distrito do Feijão Cru.

Folha 1 do livro de Atas de Assembleias Eleitorais do Distrito de Nossa Senhora da Piedade, aberto em agosto de 1852.

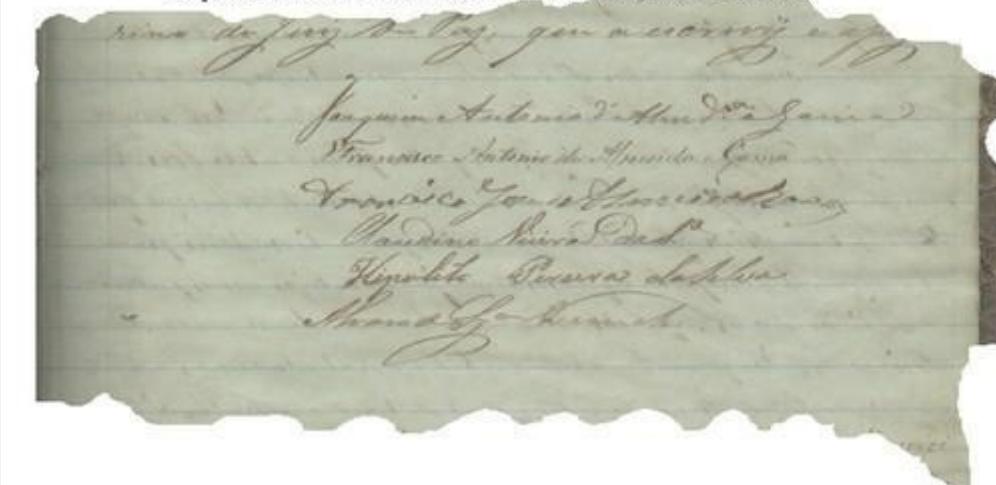


Abaixo as assinaturas que encerram esta primeira ata:

Joaquim Antônio de Almeida Gama; Francisco Antônio de Almeida Gama;

Francisco José de Almeida Ramos; Claudino Vieira da Silva;

Hipólito Pereira da Silva; e Alvaro de Souza Werneck.



Resultado apurado para vereador:

Nomes:	Votos
Francisco Correa Pinto	93
Joaquim Vidal Leite Ribeiro	79
Domiciano Mateus Monteiro de Castro	70
José Joaquim Ferreira Monteiro de Barros	69
Joaquim Antônio de Almeida e Gama	67

Domingos Eugenio Pereira	62
Domingos da Costa Matos	51
Emidio José de Barros	41
Antônio José de Carvalho	39
Custódio Ferreira Leite	27
José Dutra Nicacio	22
José Garcia de Matos	20
Domiciano Alves Garcia	17
Francisco Soares Valente	16
José Augusto Monteiro de Barros	08
Francisco de Paula Galdino Leite	08
Francisco Teixeira Alves	03
Manoel José Pires	02
João Pereira da Silva	02
João Gualberto Ferreira Brito	02
Antônio José Monteiro de Barros	02
José Antônio de Matos	01
José Eugênio Teixeira Leite	01
Antônio Avelino Teixeira Alves	01
Manoel José Monteiro de Barros Galvão de São Martinho	01
José Soares Valente	01
Joaquim Cláudio Nogueira	01
Claudino Vieira da Silva	01

Resultado para Juiz de Paz:

Nome:	Votos
Claudino Vieira da Silva	77

Custódio Dias Moreira	71
Antônio Pereira da Silva	71
Joze Henriques da Mata	68
Manoel de Sá Rocha	21
Luiz Pereira da Silva	20
João Patricio de Moura e Silva	20
Francisco Henriques Júnior	18
Teodoro Antunes da Costa	15
Ezequiel Henriques Brandão	06
João Batista Mendes	06
Vital Antônio de Mendonça	05
José Fajardo de Melo	02
Domingos Henriques de São Nicácio	02
Hipólito Pereira da Silva	01
Manoel Henriques	01

ESCOLAS EM PIACATUBA

31 março 2006 e 21 de junho de 2013

A Lei Mineira nº 2020, de 4 de dezembro de 1873, trata da criação de escolas de instrução primária em algumas localidades, incluindo uma escola masculina para Piacatuba. Parece tratar-se da primeira instituição de ensino criada no então distrito da Piedade. Segundo os relatórios da Presidência da Província de Minas Gerais para o ano de 1876, no ano anterior, os moradores da localidade doaram prédios para instalação de salas de aulas ao governo provincial.

Segundo o Almanaque Laemmert, de 1883, naquele ano, funcionava na Piedade uma escola particular, dirigida por Souza Machado e Symphonio Cardoso.

Não se sabe, ainda, quais teriam sido as “aulas públicas” da Piedade que se transformaram, já no século XX, no Grupo Escolar Pompílio Guimarães.



Em primeiro plano os fundos da escola de Piacatuba na década de 1940.

Acervo Carmen Tassari. Restaurada por Joana Capela e Nilza Cantoni.

O que se sabe é que em 1881 o jornal O Leopoldinense publicava aviso do professor Fortunato Serafim Pereira Gomes de que acabara de inaugurar uma escola particular na Fazenda dos Vitaes. Na época, na sede do distrito funcionavam as “Aulas Públicas”, a cargo do professor Adolfo Gustavo Guilherme Hufnagel.

Piedade

Tive o prazer de assistir aos exames da escola publica, de instrucción primaria desta freguezia, a cargo do distineto professor Adolpho Gustavo Guilherme Hufnagel, que me fez a honra de convidar para aquelle tão sublime acto, realizado no dia 3 do corrente mez.

Extasiou-me realmente o progresso que apresentaram todos os alumnos, desde o mais antigo até o mais recentemente matriculado

Foi mais uma occasião, que se me offereceu, de apreciar o zelo e interesse de que se reveste o professor Hufnagel para desempenhar satisfatoriamente a sua tão ardua missão, e aproveito, convicto de que do bom educador depende o bom desenvolvimento do educando, para dar os mens mais sinceros parabens aos honrados paes de familia desta freguezia, por terem

encontrado para confiar a educação de seus filhos, um moço tão probo quanto intelligent, o que é a maior das felicidades; de um caracter recto e justiciero a mais não poder se-lo; o professor Hufnagel no exercicio de suas funções não destingue do filho do pobre o filho do rico, ali são todos iguaes; devem pois todos os paes de educandos, acorçoa-lo a continuar em sua carreira, em prol do desenvolvimento moral e intellectual de seus filhos.

Queira Sr. professor tambem aceitar os meus sinceros parabens de ver co-roados de tão bom exito os vossos esforços, certo de que com estas singellas phrazes pretendo apenas manifestar uma prova de apreço e amizade que vos dedico, sem intenção de offendere de forma alguma a vossa reconhe-cida modestia.

Piedade, 6 de Dezembro de 1881.

Um pobre, pae de um alumno.

—o—

Recorte do jornal O Leopoldinense, 10 dezembro 1881, página 1.

No ano seguinte, no dia 1 de outubro inaugurava-se o Colégio Piedade, dos professores João Alves de Souza Machado e Sinfrônio Maurício Cardoso. O Colégio Piedade oferecia aulas de português, geografia, matemática e caligrafia a cargo do professor João Machado, e ao professor Sinfrônio cabiam as aulas de francês e inglês.

GENTE DE BOM CORAÇÃO

22 maio 2012

Patrimônio Histórico-Cultural do antigo Distrito da Piedade
Imagens do centro urbano em 2010



Piacatuba: terra de gente de bom coração.

A MORTE DO PADRE MUNIZ

12 outubro 2013

O LEOPOLDINENSE - Domingo, 4 de Novembro de 1894

Santo Antonio de Thebas

Permitam-me, illustres cidadãos redatores, vir hoje por meio da imprensa, que é a tribuna accessível a todo cidadão, comprir um imperioso, um sagrado dever, rendendo um preito de homenagem, de gratidão à memória querida e saudosa, d'um cidadão que conviveu connosco cerca de 30 annos, durante os quaes sua vida foi uma série de actos generosos, de aerysolada caridade e desinteresse, que podendo tirar muito proveito e ser muito bem compensado em seu magisterio, morreu pobre, porque encarava o dinheiro como um meio e não como um fim, tal era a noção que tinha de sua posição na sociedade. Sua casa era considerada como uma hospedaria, um

hotel, onde pobres e ricos, grandes e pequenos, eram recebidos com carinho e agrado. Nestes últimos tempos, elle parochiava Thebas e a sua querida Piedade, e os habitantes destes dois logares, encontravam nello um amigo, um pai, sempre aconselhando, beneficiando e mostrando o caminho do bem, tendo como característica a prudencia, e uma amabilidade no trato, que captivavam. Não obstante ja estar velho, doente e fraco, todavia, fazia-se de moço só no intuito de cumprir suas obrigações como sacerdote e levar o pão do espírito, socorros espirituais a todos que d'elles haviam mister, pedindo em suas homilias, que pessoa alguma morresse sem os sacramentos, que o chamassem que com todo sacrifício se prestaria de bom grado, lembrando-se talvez da phrase do Evangelho, que a quem muito se dá, muito se exige « Cui multum datum est, multum queroetur ab eo ; que o sa-

cerdote sendo amenina dos olhos do Divino Mestre, deveria procurar imitar o na brandura, na humildade — discite a me quia humili sum corde —, na affabilidade e caridade d'aquelle que referindo se aos seus representantes da lei nova chama-os — Christos meos, — dizendo : « Noli tangere Christos meos, ne que in prophetis meis malignire. » Não cabe no limitado espaço d'um pequeno artigo, dizer quem foi o padre Manoel Muniz de Azeredo Coutinho, nascido em Barbacena e a pouco falecido na Piedade, cujo enterro foi imponente fazendo duas alas com cerca de 700 pessoas, e haver-lhe muitas lagrimas, orando por essa occasião o distinto e illustre dr. Joaquim Dutra. Antes o enfermo confessou-se e recebeu com verdadeira unção os sacramentos, tendo expressamente mandado chamar o seu velho e bom amigo e venerando sr. Vigário Durões.

Muitas homenagens foram tributadas ao illustre filio e o povo trata de colocar uma lápide em seu túmulo ad perpetuam re memoriam. E, quem escreve estas linhas amigas em seu nome e no do povo de Thebas, se descobre reverentemente diante de seu túmulo, espargindo n'elle algumas saudades, filhas da amisade, que tinhamos ao bom padre Muniz a quem Deus conceda descanso eterno. Amen.

Carlos Fernandes.

Thebas, 31 de outubro de 1894.

O sacerdote serviu durante muitos anos na Paróquia de Piacatuba e ali faleceu, no dia 12 de outubro de 1894.

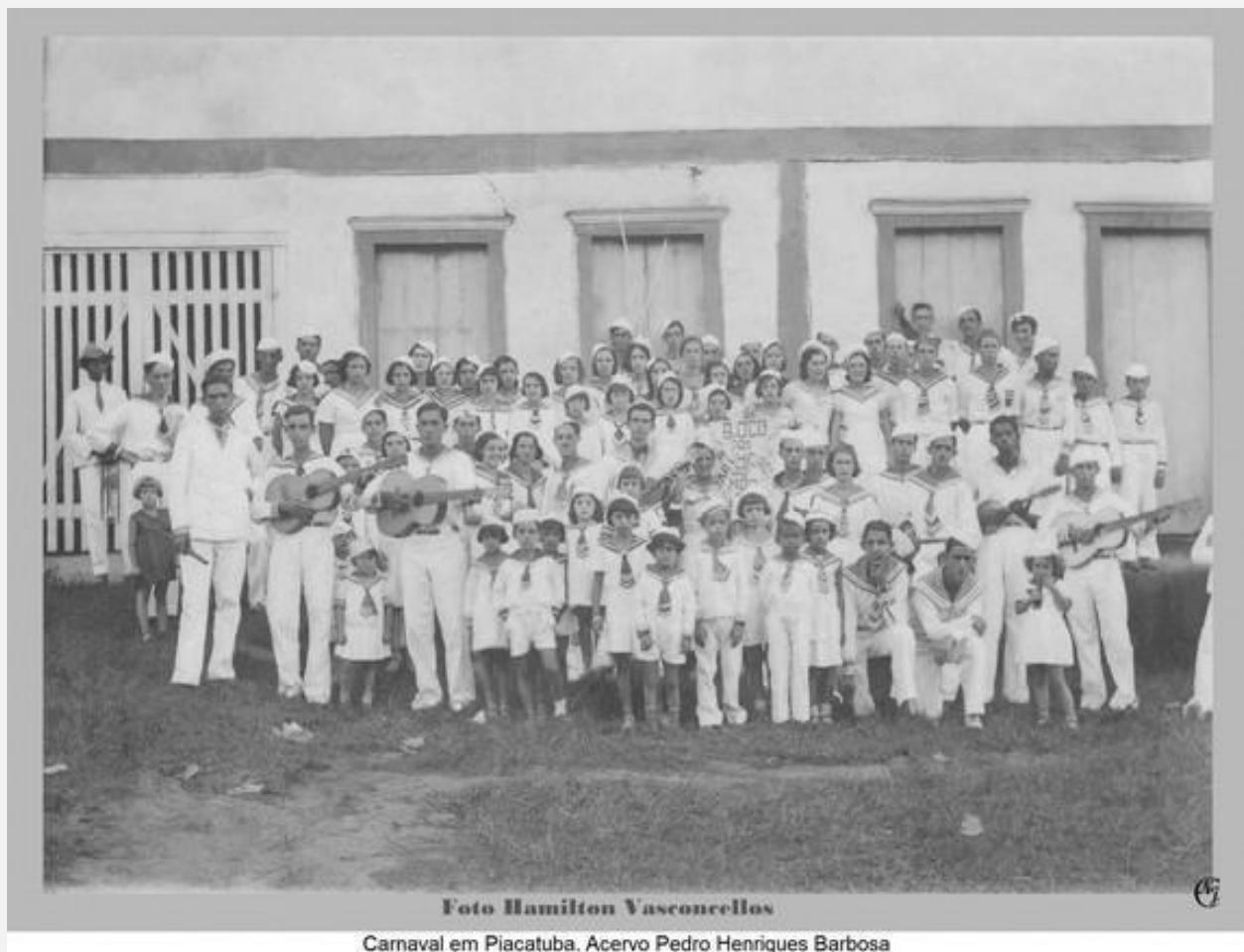
A comunidade de Piacatuba homenageou o padre na lápide que ainda hoje pode ser vista no interior da Matriz de Nossa Senhora da Piedade.



HAMILTON VASCONCELOS, O FOTÓGRAFO.

16 maio 2017

No seu contínuo embarque e desembarque de personagens que fizeram a história da cidade, a coluna Trem de História, publicada por Luja Machado e Nilza Cantoni no jornal Leopoldinense, apresentou um destacado fotógrafo leopoldinense.



As primeiras imagens fotográficas feitas no Brasil, datadas de 1832, foram tomadas por Hércules Florence³⁹, o pioneiro da fotografia no Brasil. Aliás, o país é um dos pioneiros em fotografia, graças principalmente ao imperador D. Pedro II, um grande apreciador da arte desde jovem, que, em 1840, adquiriu, em Paris, um daguerreótipo⁴⁰ e fez muitas imagens. Outros fotógrafos ficaram famosos no Brasil, como Buvelot, Prat, e Victor Frond⁴¹; e o mais destacado, Marc Ferrez⁴², foi o profissional que retratou muitas paisagens brasileiras e nos deixou uma obra de inestimável valor.

³⁹ O francês Antoine Hercules Romuald Florence chegou ao Brasil em 1824 e estabeleceu-se em Campinas (SP), onde realizou uma série de invenções e experimentos. Era pintor e naturalista. Em 1833, fotografou, através de câmera escura, com uma chapa de vidro sobre papel sensibilizado para a impressão por contato.

⁴⁰ É um processo de reprodução de imagem criado pelo francês Louis-Jacques-Mandé Daguerre, em 1839. Um processo que utilizava uma camada de prata, aplicada sobre uma placa de cobre e sensibilizada em vapor de iodo. Foi empregado no Brasil até por volta de 1870.

⁴¹ LAGO, Pedro Corrêa e LAGO, Bia. **Fotografia do Século XIX**. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2008. p.30.

⁴² Marc Ferrez nasceu no Rio de Janeiro, em 1843, e faleceu na mesma cidade, em 1923. Trabalhou como gravador e litógrafo. Aprendeu fotografia e tornou-se um fotógrafo com obras premiadas no exterior. Recebeu do Imperador o grau de Cavaleiro da Ordem da Rosa. Registrhou a transformação radical da paisagem urbana do Rio de Janeiro, no início do

Sobre Ferrez é justo lembrar que, nascido no Rio de Janeiro, abandonou os estudos em Paris e voltou ao Rio onde trabalhou como gravador e litógrafo. Participou de uma expedição científica da Comissão Geológica do Império do Brasil, quando fotografou, pela primeira vez, em plena selva, os índios botocudos (1875). Sua obra se destacou pelo registro da natureza do país e da transformação radical da paisagem urbana do Rio de Janeiro, no início do século XX.

E foi na época retratada por Ferrez que nasceu⁴³, no dia 26 de janeiro de 1902, em Piacatuba, município de Leopoldina, filho de Francisco Alberto Lopes de Vasconcelos e Ana Francisca Nunes, o personagem dessa viagem: Hamilton Vasconcelos. Sua trajetória na arte fotográfica não ficou restrita ao município de Leopoldina, tendo trabalhado também em municípios vizinhos.

Em 1925, Hamilton já exercia a profissão que abraçara. Segundo informações de seu filho Joaquim Barbosa Vasconcelos, Hamilton “foi um autodidata, interessando-se e aprimorando cada vez mais a arte que abraçou. Entre seus clientes, estavam muitos italianos”.

Joaquim recorda que na época

em Leopoldina havia apenas dois fotógrafos, mas meu pai, pela qualidade de seu trabalho, era sem dúvida o mais requisitado. Até 1962 ele exerceu sua profissão, sendo interrompido apenas durante a segunda guerra mundial, porque todo o material fotográfico era importado da Alemanha. Na maioria de suas fotos ele assinava ‘Foto Hamilton’. Desenvolveu uma técnica impressionante para retocar os negativos, do qual tirava todos os defeitos, como se fosse um Photoshop⁴⁴ hoje.

É ainda do filho Joaquim a informação de que a família teria se transferido para Leopoldina, em 1941, para que o fotógrafo pudesse dispor de um espaço melhor e mais adequado para instalar o seu laboratório.

Hamilton Vasconcelos teve grande importância e valor na sua cidade natal e na região. Entre as imagens que nos legou, encontram-se as que enfeitam a imaginária “plataforma” dessa parada.

A FAMÍLIA DE HAMILTON VASCONCELOS

1 junho 2017

Em pesquisas realizadas no Cartório de Piacatuba, chegou-se ao registro e ao processo de casamento de Hamilton com Arlete Barbosa. Verificou-se que, em 1943, ele atuou como Escrevente Juramentado e Autorizado do Registro Civil, sendo substituído no dia 13 de agosto daquele ano pelo Escrivão Fabio Tavares Rocha.

Sua esposa, Arlete, era filha de Eduardo Pires Barbosa e Francisca Barbosa de Moraes, nascida no dia 05 julho de 1905. Eles se casaram no dia 02 de maio de 1925.

Hamilton faleceu no dia 20 de agosto de 1964, em Leopoldina, onde foi sepultado.

século XX. Um álbum de fotografias 1906-1907, sobre a arquitetura da avenida Central, hoje Avenida Rio Branco, é sua obra mais conhecida.

⁴³ Cartório de Registro Civil de Piacatuba, Leopoldina, MG, lv 6, cas, fls 7.

⁴⁴ Photoshop é o nome comercial de um software desenvolvido pela Adobe Systems Incorporated para edição de imagens.



Hamilton e o filho Joaquim

Quanto aos seus antepassados, sabe-se que seu pai, Francisco Alberto Lopes de Vasconcelos, era filho de Guilherme Alberto de Vasconcelos e Engracia Adelaide Lopes. Além de Francisco Alberto, o casal teve pelo menos mais três filhos: Maria Ilidia, Emilio e José Alberto. A primeira se casou com João Pinheiro de Faria e a família viveu em Piacatuba. O filho Emílio casou-se com Maria Lacerda de Castro, no dia 19 de maio de 1923, em Leopoldina, MG⁴⁵. Ela, filha de Inácio de Lacerda Leal e Honorina de Castro Lacerda.

Vale lembrar que Maria Lacerda era viúva de Teodolindo Rodrigues, filho de Paulino Augusto Rodrigues e Umbelina Cândida de Gouvêa. Segundo informações orais ainda não confirmadas, Maria e Emilio Vasconcelos residiram na Larginha, no distrito de Piacatuba, possivelmente em terras da Fazenda do Banco que pertenceu a Paulino Rodrigues.

Segundo anotações que serviriam de base para o registro civil de um de seus filhos, Francisco Alberto se casou em Rio Claro, RJ, com Ana Francisca Nunes, filha de José Nunes Muniz e Laurinda Ferreira.

Francisco Alberto foi Escrivão em Piacatuba e as mais antigas referências sobre ele datam de 1897. Segundo os livros de registro do Cartório, diferentemente das informações orais que se obteve, Francisco Alberto não foi o primeiro oficial daquele tabelionato, instalado em 15 de dezembro de 1888. Na verdade, o primeiro a ocupar o cargo foi Apolinário José de Carvalho, e pelo menos mais duas pessoas antecederam a Francisco Alberto. Em 1896, o

⁴⁵ Secretaria Paroquial da Matriz do Rosário, Leopoldina, MG, livro 4 de casamentos fls 328, termo 30

Escrivão era Emílio Guimarães e, no ano seguinte, era Adolpho Hufnagel. O primeiro lançamento assinado por Francisco Alberto é de 05 de setembro de 1897.

Quanto aos seus descendentes, sabe-se apenas que Francisco Alberto Lopes de Vasconcelos e Ana Francisca Nunes tiveram os seguintes filhos, nascidos em Piacatuba: Oscar, nascido⁴⁶ em 1899; Hamilton, nascido⁴⁷ em 1902; Otacilio, nascido⁴⁸ em 1903; Tacito, nascido⁴⁹ em 1904 e, Cícero, nascido⁵⁰ em 1908. Além desses, teriam sido pais de Engracia, falecida⁵¹ em Ribeiro Junqueira, em 1897.



Famosa imagem do Casarão de Piacatuba, por Hamilton Vasconcelos, acervo de Carmen Tassari, restaurada por Joana Capela e Nilza Cantoni.

⁴⁶ Secretaria Paroquial da Matriz do Rosário, Leopoldina, MG, livro suplementar de batismos de Piacatuba, fls 142v, termo 1093.

⁴⁷ Cartório de Registro Civil de Piacatuba, Leopoldina, MG, livro 6 de casamentos fls 7.

⁴⁸ Secretaria Paroquial da Matriz do Rosário, Leopoldina, MG, livro suplementar de batismos de Piacatuba, fls 164, termo 1191.

⁴⁹ idem, fls 182, termo 1381.

⁵⁰ Igreja N. S. da Piedade, Piacatuba, Leopoldina, MG, livro 03 de batismos fls 16

⁵¹ Cartório de Registro Civil de Ribeiro Junqueira, Leopoldina, MG, livro 2 de óbitos, fls 44.

ARTE DE CURAR EM LEOPOLDINA

1 maio 2022

Para marcar o 168º Aniversário de Emancipação da Cidade, o Trem de História fez uma viagem especial pelo antigo Feijão Cru, para apresentar aos leitores o cidadão

ANTÔNIO PEREIRA VALVERDE,

um pioneiro que deve ser visto de forma diferenciada por ter sido, como indicam os seus pertences inventariados, uma pessoa com algum gosto pela leitura e preocupada em conhecer a arte de curar, o que era pouco comum na época.

Isso porque a análise de inventários e testamentos diz muito não apenas sobre a pessoa em si, mas sobre a sociedade da época. E a Descrição de Bens do inventário desse fazendeiro de Leopoldina, aberto em 1849, traz registros interessantes. Nele, além dos objetos em ouro, prata, animais, escravos e bens de raiz, há alguns itens significativos tais como: estojo de navalhas, pedra de afiar, três livros de Chernoviz, dois volumes do Manual do Fazendeiro e um “livro da arte de curar a si mesmo”. Itens que, listados na ordem aqui informada, indicam que eram entendidos pelos avaliadores como pertencentes à mesma classificação, ou seja, eram bens da mesma importância.

A busca de informações sobre esses livros mencionados levou à leitura da dissertação de mestrado⁵² de Maria Regina Cotrim Guimarães, que descortinou alguns saberes bastante esclarecedores. De modo geral, é comum imaginar que naquela altura do século XIX, os moradores do interior não tivessem acesso a médicos nem tampouco ao conhecimento científico da arte de curar. Embora a primeira afirmativa seja correta, já que os profissionais se concentravam nos grandes centros, havia o que Maria Regina chamou de “literatura autoinstrutiva”, representada por variada gama de manuais. Ressalta a autora que eram obras sofisticadas, em grossos volumes, dedicadas a informar o público leigo. Tinham grande aceitação e larga difusão entre leigos letRADOS como boticários, fazendeiros e suas esposas, que utilizavam as técnicas ensinadas nos manuais em seu ambiente social.

A mencionada autora destaca o cunho civilizador de tais obras, pois informavam e introduziam noções de medicina que estimulavam os leitores contra o charlatanismo, além de grandes benefícios que resultavam das orientações a respeito da higiene.

CHERNOVIZ

Entre os autores de tais manuais surge, então, o talvez mais popular entre eles: Piotr Czerniewicz, polonês, que se tornou conhecido pelo nome abrasileirado de Pedro Napoleão Chernoviz. Médico chegado ao Brasil em 1840, já no ano seguinte publicava artigo na Revista Médica Fluminense. Em 1842, publicou a primeira edição de sua obra mais difundida: Dicionário de Medicina Popular, em dois volumes com uma tiragem de três mil exemplares, o que era inimaginável para a época.

⁵² GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. **Civilizando as artes de curar: Chernoviz e os manuais de medicina popular no império.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História das Ciências da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003. Atualmente disponível em <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6128>>

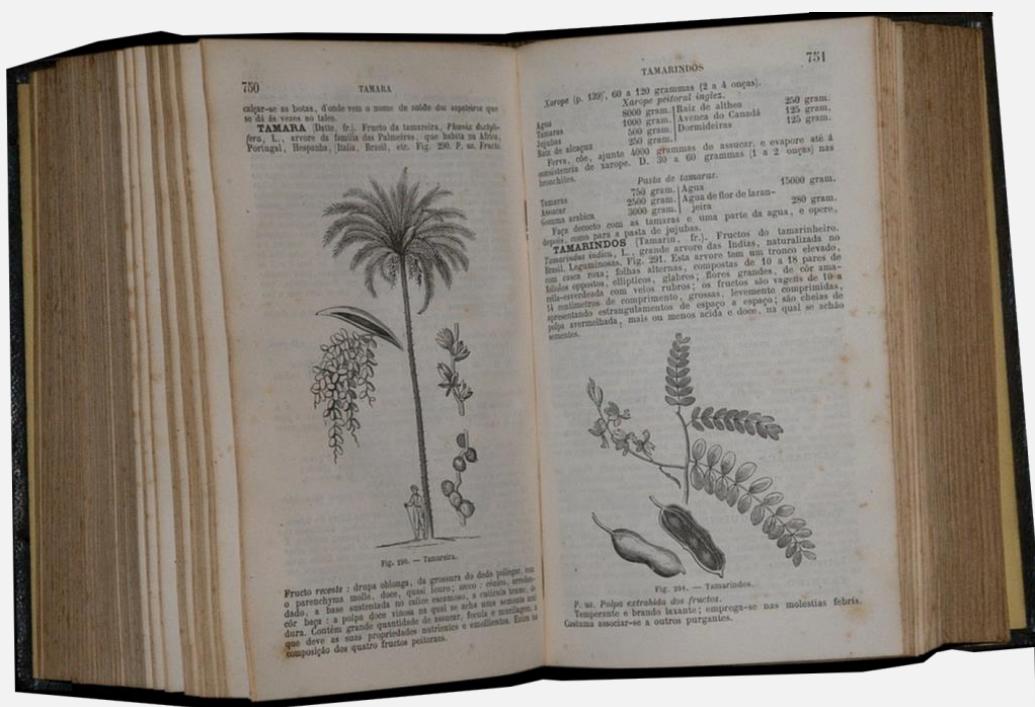


Figura 1- Diccionario de Medicina Popular, de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz

Guimarães ressalta, ainda, ser uma obra de grande utilidade doméstica pelo formato de dicionário que facilita a busca pelos termos, como também pelos assuntos escolhidos. Além da descrição dos males e seu tratamento, trazia também indicações de fórmulas para tingir cabelos, para tirar nódooas e tinta para escrever, entre outras.

Chernoviz aconselhava a formação de uma “botica” doméstica, ou seja, uma farmácia, e ensinou a melhor forma de conservação dos elementos que ela deveria conter e que chegavam a 67 diferentes substâncias na terceira edição. Em edições posteriores, a obra passou a ser vendida junto com uma botica portátil. Acredita-se que desde a primeira edição era também sugerido o uso de determinados tipos de navalhas, o que justificaria o ‘estojo de navalhas’ listado entre os bens do fazendeiro leopoldinense, inventariado em 1849.

Vale registrar que a obra teve diversas edições, inclusive após o retorno do autor para a Europa, com mulher e filhos brasileiros.

ANTÔNIO PEREIRA VALVERDE, O PROPRIETÁRIO DAS OBRAS

O dono das obras mencionadas foi Antônio Pereira Valverde, cuja mais antiga referência de localização é a Sesmaria do Piau, então pertencente à Freguesia do Engenho da Mata, atual Paula Lima, distrito de Juiz de Fora. Lá ele se casou com Ana Angélica, procedente de Remédios. Mais tarde, estabeleceu-se na Fazenda Boa Vista da Independência, no território do atual distrito de Piacatuba, onde sua esposa vivia com os filhos até 1877, quando fez testamento⁵³.

Antônio nasceu por volta de 1794, filho do português José Pereira Valverde e de Luiza Francisca da Assunção. Luiza era natural de Itaverava e falecera na Sesmaria do Piau, no dia 16 de junho de 1816, deixando mais dois filhos além de Antônio: Maria Rosa, casada

⁵³ Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – COARPE – TJMG. Inventário e testamento de Ana Angélica da Conceição, processo 38405056.

com Manoel Fernandes de Oliveira, e Leonardo Pereira Valverde, do qual não se tem outras informações.

O pai de Antônio se casou novamente com Aniceta Francisca de Almeida, de cujo matrimônio não havia herdeiros vivos quando ele faleceu.

E pela terceira vez, José Pereira Valverde se casou com Maria Constança de Jesus, filha de Luiz Coelho Machado e Francisca. Deste consórcio, foram os filhos Bárbara, casada com Laurindo Pereira da Cunha; Ana Rita, casada com Bento José de Matos; Maria Rosa, casada com Custório Ernesto da Silva e Clara Maria de Jesus.

José faleceu na Sesmaria do Piau, aos 22 de outubro de 1847. Maria Constança, após enviuar, casou-se com Casimino Antônio de Faria, filho de Francisco Antônio de Faria.

Até o momento não há notícia de que os irmãos de Antônio tenham migrado para o Feijão Cru.

Antônio Pereira Valverde e Ana Angélica tiveram 9 filhos, sendo que pelo menos dois deles se casaram com descendentes dos formadores de propriedades vizinhas.

ANTÔNIO PEREIRA VALVERDE E SEUS VIZINHOS

Na mais antiga representação cartográfica⁵⁴ da nossa região, estão os nomes dos proprietários aqui estabelecidos em 1847. Embora o desenho seja sofrível, justificável até mesmo pelo tempo decorrido, é possível identificar alguns aspectos.

Transpostos para uma cartografia⁵⁵ de 1938, estes aspectos auxiliaram a coleta dos nomes dos três proprietários marcados nas proximidades do Ribeirão Samambaia. Os nomes das propriedades confrontantes, conforme os processos de Divisão Judicial e inventários dos envolvidos entre 1877 e 1904, ajudaram a definir o local provável de cada sede. E assim foi possível identificar os pioneiros que se estabeleceram entre o Rio Pardo e o Ribeirão Samambaia:

1 – Francisco Luiz Pereira, fazenda Ribeirão Samambaia, próxima da foz do ribeirão no rio Pardo, depois se chamou fazenda Francisco Luiz e, mais tarde, fazenda Indaiá.

2 – Antônio Pereira Valverde, fazenda Boa Vista da Independência, divisas ao norte com Francisco Luiz e ao sul com os Vitais.

3 – Vital Antônio de Oliveira, fazenda Fortuna, cuja marcação de 1847 não está bem definida, podendo ser na margem direita do Rio Pardo. Esta indefinição ainda carece de mais estudos, visto que a localização da fazenda dos Vitais, em 1904, aparece como sendo na margem esquerda.

Um fato curioso a respeito destes três pioneiros é que as propriedades não foram lançadas no Registro de suas Terras, em 1856, em Leopoldina. Mas os três proprietários foram citados nos registros feitos pelos confrontantes.

Luja Machado e Nilza Cantoni

⁵⁴ TEODORO, João José da Silva. *Carta Topográfica dos Termos do Presídio, Pomba e São João Nepomuceno*. Acervo da Biblioteca Nacional: 1847

⁵⁵ Mapa do Município de Leopoldina, produzido em obediência ao Decreto Lei nº 311, de 2 de março de 1938, com base em: Comissão Geographica e Geologica de Minas Geraes, *Carta Geográfica de Cataguases, Folha nº 20, S2, E3* (São Paulo, Cayeiras e Rio: Secção Cartographica da Companhia Melhoramentos (Weisflog Irmãos incorporada), 1926.)

